

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal; elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do Conselho Federal de Administração Of. Circ. 222/2013/CFA/COF, 23 de outubro de 2013.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão – Conselho Regional de Administração do Espírito Santo – CRA-ES

Vitória/ES, 2017

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE.....	5
1.1 Identificação da Entidade.....	5
1.2 Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas.....	5
1.3 Finalidade e competências institucionais das entidades Jurisdicionadas.....	5
1.4 Apresentação do organograma funcional com as competências e atribuições das áreas.....	6
2. Planejamento e Resultados Alcançados.....	8
2.1 Descrição sucinta do planejamento estratégico ou plano de ação da entidade.....	8
2.2 Informações sobre as ações adotadas pela entidade p/atingir os objetivos estratégicos.....	8
2.3 Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício.....	9
2.4 Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão.....	10
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da gestão.....	12
3.1 Estrutura de governança do CRA-ES.....	12
3.2 Demonstração da atuação da Auditoria Interna.....	12
3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição.....	13
3.3.1 Atividades de correição.....	13
3.3.2 Da Comissão de Tomada de Contas.....	13
3.4 Relação dos principais Dirigentes e Membros do CRA-ES.....	13
3.5 Remuneração paga aos conselheiros.....	13
4. Informações sobre a gestão.....	15
4.1 Demonstração da Receita.....	15
4.2 Desempenho na execução orçamentária e financeira.....	16
4.2.1 Desempenho Comparativo das Receitas Arrecadadas nos dois últimos exercícios.....	16
4.2.2 Desempenho Comparativo das Despesas Realizadas nos dois últimos exercícios.....	16
4.2.3 Saldo para o exercício de 2017.....	17
4.3 Transferências de recursos realizadas no exercício de referência.....	17
5. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos.....	18
5.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal da entidade.....	18
5.1.a Força de trabalho.....	18
5.1.b Ingresso de funcionários.....	18
5.1.c Qualificação da Força de Trabalho de acordo c/ estrutura de cargos e faixa etária.....	18
5.1.d Qualificação da Força de Trabalho de acordo c/ estrutura de cargos e nível de escolaridade.....	19
6. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas.....	20
6.1 Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU.....	20
7. Informações contábeis.....	21
7.1 Informações sobre a adoção das normas NCASP.....	21
7.1.1 Da depreciação, da amortização e da exaustão.....	21
7.1.2 Balanço Patrimonial.....	21
7.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	21
7.1.4 Balanço Financeiro.....	21
7.1.5 Balanço Orçamentário.....	21

7.2. Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6.....	22
7.2.1 Disponível.....	22
7.2.2 Estoques.....	22
7.2.3 Imobilizado.....	22
7.2.4 Despesas.....	22
7.2.5 Receitas de Contribuições.....	22
7.2.6 Receita de Serviços.....	23
7.3 Relatório de Auditoria Independente.....	23
8. Relacionamento.....	27
9. Outras informações sobre a gestão.....	28
ANEXO I.....	29
ANEXO II.....	31
ANEXO III.....	39
ANEXO IV.....	41
ANEXO V.....	43
ANEXO VI.....	45
ANEXO VII.....	47
ANEXO VIII.....	48
ANEXO IX.....	50
ANEXO X.....	51
ANEXO XI.....	52
ANEXO XII.....	53
ANEXO XIII.....	54
ANEXO XIV.....	55
ANEXO XV.....	56

Listas referenciadas

Figura 1 - Organograma funcional do CRA-ES.....	6
Tabela 1 - Unidades organizacionais do CRA-ES.....	7
Tabela 2 - Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão.....	10
Figura 2 - Estrutura de Governança do CRA-ES.....	12
Tabela 3 - Diárias pagas aos Conselheiros.....	14
Tabela 4 - Jetons pagos aos Conselheiros.....	14
Tabela 5 - Origens das receitas do CRA-ES.....	15
Tabela 6 - Receita orçamentária em 2015 e em 2016.....	16
Tabela 7 - Receita extra-orçamentária em 2015 e em 2016.....	16
Tabela 8 - Disponível em 2015 e em 2016.....	16
Tabela 9 - Comparativo de despesas realizadas em 2015 e em 2016.....	16
Tabela 10 - Saldo para o exercício de 2017.....	17
Tabela 11- Valores recebidos em 2016, via PRODOR.....	17
Tabela 12 - Quadro de pessoal do CRA-ES em 2015.....	18
Tabela 13 - Quadro de pessoal do CRA-ES em 2016.....	18
Tabela 14 - Movimentação de pessoal no CRA-ES.....	18
Tabela 15 - Provimento de cargos no CRA-ES - por faixa etária.....	18
Tabela 16 - Provimento de cargos no CRA-ES – por escolaridade.....	19
Tabela 17 - Composição das receitas de serviços.....	23
Figura 3 - Parecer da Auditoria Externa.....	24
Tabela 18 - Balanço patrimonial - Ativo.....	29
Tabela 19 - Balanço patrimonial comparado - Passivo.....	30
Tabela 20 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.....	31
Tabela 21 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.....	35
Tabela 22 - Balanço financeiro – Receitas.....	39
Tabela 23 - Balanço financeiro – Despesas.....	40
Tabela 24 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações ativas.....	41
Tabela 25 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações passivas.....	42
Tabela 26 - Balanço Patrimonial Comparado - Ativo.....	43
Tabela 27 - Balanço patrimonial comparado - Passivo.....	44
Tabela 28 - Demonstrativo de Fluxo de Caixa.....	45
Tabela 29 - Conferência de Caixa.....	47
Tabela 30 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	48
Tabela 31 - Ativo não circulante - Imobilizado.....	48
Tabela 32 - Movimento do imobilizado - bens imóveis.....	49
Tabela 33 - Movimento do imobilizado - bens móveis.....	49
Tabela 34 - Dívidas e ônus reais.....	51
Tabela 35 - Demonstrativo das ações de cadastro.....	53
Tabela 36 - Demonstrativo das ações de fiscalização.....	54
Tabela 37 - Relação de dirigentes e membros do CRA-ES.....	55
Tabela 38 - Caixa e equivalente de caixa.....	57
Tabela 39 - Créditos a receber.....	57
Tabela 40 - Aquisições e baixas dos bens do ativo imobilizado.....	58
Tabela 41 - Método, vida útil econômica e índices utilizados.....	58
Tabela 42 - Valor contábil e depreciação acumulada.....	59
Tabela 43 - Obrigações de curto prazo a pagar.....	59
Tabela 44 - Provisões para férias e encargos.....	60
Tabela 45 - Provisões processuais.....	60
Tabela 46 - Patrimônio Líquido.....	61
Tabela 47 - Resultado Patrimonial.....	61
Tabela 48 - Resultado Financeiro.....	61
Tabela 49 - Resultado Orçamentário.....	62

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE:

Autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira e, imunidade tributária de acordo com a alínea “a”, Inciso VI, Art. 150 da Constituição Federal, de 03 de outubro de 1988.

1.1 Identificação da Entidade:

Nome: Conselho Regional de Administração do Espírito Santo – CRA-ES

CNPJ: 28.414.217/0001-67

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Endereço postal: Rua Aluysio Simões, nº. 172, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-632

Telefone: (27) 2121-0500

Endereço da página na Internet: www.craes.org.br

Endereço do Correio Eletrônico Institucional: craes@craes.org.br

1.2 Identificação da norma de criação e das demais normas, regulamentos e manuais relacionados à gestão e à estrutura do CRA-ES.

- a) Lei nº 4.769, de 09/09/1965 – “Dispõe sobre o exercício da Profissão de Administrador e dá outras providências”;
- b) Decreto nº 61.934, de 22/12/1967 – “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 e dá outras providências”.
- c) Resolução Normativa CFA nº 53, de 04/11/1983 – “Aprova instalação do Conselho Regional de Técnicos de Administração da 14ª Região, com jurisdição sobre o Estado do Espírito Santo e sede em Vitória”.
- d) Resolução Normativa CFA nº 495, de 09/12/2016 – “Aprova o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo”.

1.3 Finalidade e competências institucionais do CRA-ES

O Conselho Regional de Administração do Espírito Santo- CRA-ES, autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de Administrador e a fiscalização das atividades prestadas no campo da Administração por pessoas físicas e jurídicas; possuindo autonomia técnica, administrativa e financeira, além de se constituir no conjunto de autarquias do Sistema CFA/CRAs.

O CRA-ES é o órgão normativo, consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão do Administrador e do Tecnólogo em Gestão, bem como controlador e fiscalizador das atividades financeiras e administrativas sob sua jurisdição.

1.4 Apresentação do organograma funcional com as competências e atribuições das áreas

O CRA-ES tem a seguinte estrutura básica:

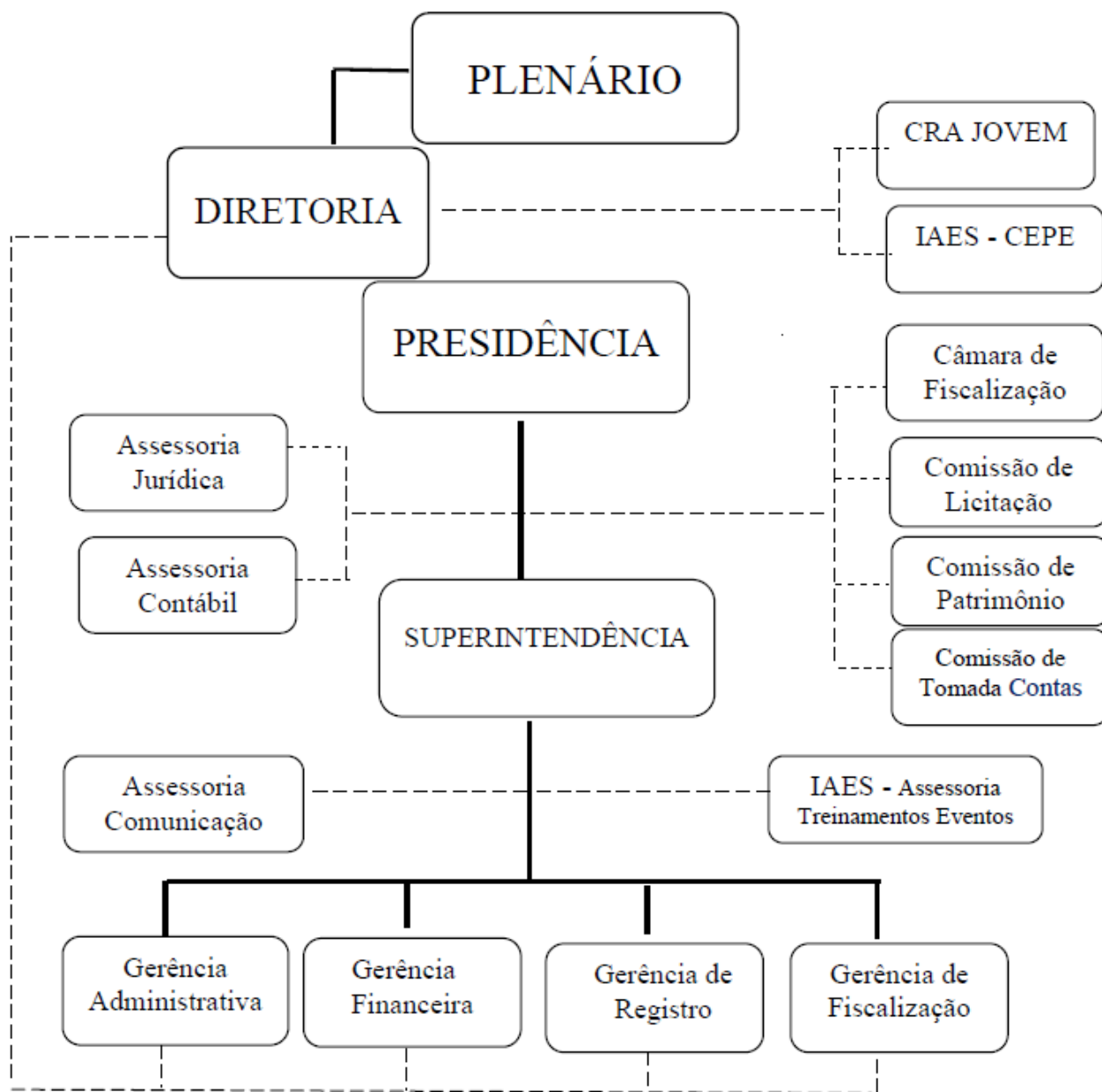


Figura 1 - Organograma funcional do CRA-ES

Unidade Organizacional	Competência	Responsável	Cargo	Período de Atuação
Plenário	Tomar decisões de natureza institucional	Adm. Hércules da Silva Falcão	Presidente	01/01/2015 a 31/12/2016
Presidência	Dirigir o CRA-ES	Adm. Hércules da Silva Falcão	Diretor Presidente	01/01/2015 a 31/12/2016
Diretoria Executiva	Acompanhar a execução dos trabalhos técnicos e Administrativos	Adm. Fernando Antonio M. de Albuquerque	Diretor Administrativo Financeiro	01/01/2015 a 31/12/2016
		Adm. Maurílio José Martins Inês	Diretor de Fiscalização e Registro	01/01/2015 a 31/12/2016

CRA – Jovem	Integrar jovens administradores, tecnólogos e estudantes em atuações estratégicas.	Adm. Robson Brandão Neves	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2016
IAES – CEPE	Promover treinamentos, eventos e certificação profissional.	Adm ^a . Marly de Lurdes Uliana	Coordenadora	01/01/2015 a 31/12/2016
Superintendência	Gestão executiva	Adm. Pedro Cipriano Prêmoli	Superintendente	Desde 20/03/1997
Câmara de Fiscalização	Orientar as áreas de Registro e Fiscalização	Adm. Maurílio José Martins Inês	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2016
Comissão de Licitação	Conduzir processos licitatórios	Adm ^a . Priscilla Modulo de Assunção	Coordenadora	10/02/2015 a 10/02/2016
Comissão Patrimônio	Conferir logística do patrimônio	Tecg. Jocélia Ângela Gumiere da Silva	Coordenadora	01/01/2015 a 31/12/2016
Comissão Tomada Contas	Apreciar e emitir pareceres sobre os balancetes mensais e balanço anual.	Adm. Robson Brandão Neves	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2016
Assessoria Jurídica	Subscrever atos privativos dos Advogados	Adv. Rosângela Guedes Gonçalves	Advogada	Desde 14/12/2010
Assessoria Contábil	Fazer a escrituração contábil e elaborar da folha de pagamentos	Cont. Rodrigo Lagasse Dias	Contador	Desde 06/06/2014
Assessoria de Comunicação	Organizar e redigir as publicações do CRA-ES	Sheila Machado Gomes	Assessora	Desde 01/03/2011
Assessoria Treinamentos e Eventos	Organizar e supervisionar as atividades do IAES	Adm. Marcela Rocha Haase Uligh	Assessora	Desde 12/06/2013
Gerência Administrativa	Fazer a gestão de pessoal e suprir os bens e serviços.	Adm. Rafael Dias de Barros	Gerente	Desde 05/05/2014
Gerência Financeira	Executar o controle financeiro e patrimonial	Adm. Kamyla Dadalto Cota	Gerente	Desde 01/09/2007
Gerência de Fiscalização	Fiscalizar o exercício ilegal da profissão.	Adm. Janaína Guaitolini Merlo	Gerente	Desde 06/11/2015
Gerência de Registro	Habilitar pessoas e empresas p/atuaem na profissão.	Adm. Luiz Carlos Dalmácio	Gerente	Desde 06/11/2015

Tabela 1 – Unidades organizacionais do CRA-ES

2. Planejamento e Resultados Alcançados

2.1 Descrição sucinta do planejamento estratégico ou plano de ação da entidade

O planejamento estratégico é praticado pelo CRA-ES desde 2002, tendo no primeiro sido utilizada a metodologia de Análise Contingencial, em 2003 utilizou-se a de Planejamento Situacional e em 2004 houve a utilização da BSC (Balanced Scorecard). Após os resultados alcançados em 2004, decidiu-se manter a metodologia BSC para os períodos futuros, porque ela traduz as estratégias, apresenta objetivos e indicadores, o que possibilita a implementação de novos padrões de qualidade, eficiência e eficácia sob o ponto de vista dos resultados para o órgão, e nesse contexto, foram estabelecidos os norteadores estratégicos a seguir:

I - Visão: Ampliar a participação dos profissionais registrados nas atividades de Administração nas instituições públicas pela adequação da legislação, e na iniciativa privada pela conscientização dos empresários.

II – Foco: Reconhecimento como uma instituição forte que efetivamente registra os habilitados e fiscaliza o exercício profissional no campo da Administração.

III – Missão: Habilitar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional de Administração primando pela aplicação da conduta ética e técnica.

IV – Valores: Ética, impessoalidade, publicidade, legalidade, eficiência, comprometimento, respeito, credibilidade, pluralidade de ideias, criatividade, consciência, cooperação e sensibilidade.

2.2 Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos.

I – Visita semestral às Instituições de Ensino Superior para informar aos formandos dos cursos de bacharelado em Administração e superior de Tecnologia em Gestão, sobre a obrigatoriedade do registro no Conselho para o exercício da profissão, assim como, sobre os campos e atividades exclusivas dos profissionais da Administração. Na visita o representante do CRA-ES recebe o requerimento de registro no Conselho e cópias de documentos para efetuar o registro prévio do futuro profissional, que será efetivado após a colação de grau, conforme determina a Lei 4.769/65.

II – Fiscalização continua na internet das versões eletrônicas dos jornais da região e no site do DIOES para identificar editais de licitação para contratação de empresas prestadoras de serviços que envolvam atividades exclusivas da Administração na jurisdição do CRA-ES, e constatar se consta a exigência do registro cadastral das licitantes em CRA, conforme determinam as Leis 6.839/80 e 4.769/65.

III – Fiscalização continua por meio de acesso direto das informações cadastrais do Sistema Integrado de Automação do Registro do Comércio e do Gerenciador de Imagens da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, para identificar se as empresas que exploram atividades exclusivas da Administração registradas naquela autarquia possuem registro cadastral no CRA-ES, conforme determinam as Leis 6.839/80 e 4.769/65.

IV – Ação indireta de fiscalização às empresas de prestadoras de serviços de atividades exclusivas da Administração, por meio de orientação presencial às CPLs e Secretarias de Administração dos 78 municípios do Estado, sobre a Lei 4.769/65 e o art. 30 da lei 8.666/93. As orientações do CRA-

ES evitam a falta de exigência de regularidade da prestadora de serviço e atestados de qualificação técnica nos editais de licitação, conforme determina o § 1º, do Artigo 30, da Lei 8.666/93.

V – Disponibilizar palestras institucionais às Instituições de Ensino Superior com foco no registro profissional e motivacionais pela escolha das profissões da Administração.

VI – Disponibilizar palestras motivacionais às escolas de nível médio da rede pública e privadas para escolha da profissão do Administrador e do Tecnólogo em Gestão.

VII – Realização de eventos em comemoração ao aniversário da promulgação da Lei 4.769 que criou a profissão do Administrador, em 9 de setembro de 1965. O dia 9 de setembro é considerado nacionalmente como o Dia do Administrador, sendo que as solenidades em homenagem ocorrerem durante todo o mês de setembro nas Instituições de Ensino Superior, Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa e organizadas e realizadas pelo CRA-ES.

VIII – Realização de eventos que contribuam para o aprimoramento e/ou atualização dos conhecimentos técnico dos profissionais da Administração por meio do Instituto de Administração do Espírito Santo – IAES, uma unidade operacional da estrutura do CRA-ES.

2.3 Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício

I – No exercício foram efetuados 806 registros profissionais dos 1.510 formandos que colaram grau nas Instituições de Ensino Superior do Estado nos cursos superiores de Administração, ou seja, no ato da colação de grau, 53% deles ficaram habilitados para atuarem no mercado de trabalho, conforme estabelece a Lei 4.769/65. Considerando que a média no Sistema CFA/CRA's está em torno de 20%, podemos considerar que o resultado do CRA-ES é satisfatório.

II – No exercício foram efetuados 367 registros de pessoas jurídicas, o que representou um crescimento de 97,3% em relação ao exercício de 2015. O aumento de registros ocorreu devido melhorias decorrentes da aplicação da metodologia do “Pensamento Enxuto”, que promove melhoria contínua nos processos para alcançar a maior qualidade, por meio da eliminação de desperdícios de tempo e materiais.

III – Foi realizado dia 15 de setembro no Itamaraty Hall, em Vitória/ES, palestra magna com tema “Diálogos sobre gestão, empreendedorismo & startups”, ministrada pelos Administradores Leandro Vieira e Bruno Perin, com a presença de profissionais da Administração, dirigentes de IES, estudantes e empresários. Também em setembro, nas cidades do interior, em diversas datas, foram realizadas 15 palestras com o tema “Diálogos sobre Neo Empreendedorismo: Um novo modelo de Neuroliderança” pelo Adm. Glauber Cabral.

IV – No exercício foram atendidas 30 solicitações de palestras feitas pelas Instituições de Ensino Superior, sendo 20 com o tema “O papel do Administrador na Sociedade”, 5 com o tema “Marketing Pessoal”, 4 com temas diversos da área da Administração e 1 oficina sobre “Consultoria Empresarial”. Destas, 7 ocorreram no auditório do Conselho, 17 em IES da Grande Vitória e 6 em IES do interior.

V – No exercício foram atendidas 2 solicitações de palestras para alunos de cursos técnicos em Administração em escolas do interior.

VI – No exercício o IAES realizou no auditório do CRA-ES 8 eventos, sendo 2 do projeto “Café e Gestão”, que promove palestras com temas atuais ministradas por especialistas e mestres; 1 do projeto “Seminários de Boas Práticas”, que promove palestras ministradas por gestores ou ex-gestores de instituições públicas ou privadas sobre experiências bem sucedidas; 1 workshop sobre “Responsabilidade Técnica”; 2 sobre “Qualidade no ensino da Administração”, sendo um fórum e uma palestra; 2 palestras com os temas “Os sete pilares da Sustentabilidade” e “Panorama e planejamento das obras públicas do ES até 2018”. Promoveu também nas salas de aula os 2 primeiros cursos de curta duração presencial, sendo um de “Negociação”, ministrado pela Adm^a Maria Cecília Magalhães, que capacitou os participantes para identificarem os conhecimentos e as habilidades necessárias para o desenvolvimento e aplicação de técnicas eficazes em negociação, bem como habilidades em comunicação e persuasão E outro sobre “Gestão de Reuniões”, ministrado pelo Adm. Sidcley Gabriel da Silva, que capacitou os participantes com técnicas para programar, planejar, conduzir ou participar de reuniões com alto grau de eficácia e interação, e também para que contribuam para o alcance das metas da empresa em que atuam e de seus negócios.

2.4 Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão

Objetivo	Nome do Indicador	Descrição
Aumentar o número de registrados	Percentual de registros ativos mensalmente - PF e PJ	Medir o aumento de registros ativos mensalmente, bem como o acumulado anual.
Aumentar a percepção de valor quanto à marca do CRA-ES	Percentual de aumento dos inscritos (PF) vindos do mercado (espontâneo) e do registro prévio	Medir as inscrições espontâneas, em relação ao mesmo período no exercício passado, bem como o resultado do registro prévio.
Atender e reter profissionais e empresas	Tempo de permanência do registrado (até 2, 3, 4, 5, 6-7, 8-10 e acima de 10 anos).	Medir o tempo de permanência do profissional registrado no CRA, dentro das faixas indicadas.
	Percentual de crescimento dos serviços prestados - (PJ)	Mede a quantidade de serviços prestados mensalmente em relação a quantidade prestada no mesmo período no exercício passado.
Tornar conhecida a profissão	Quantidade de aparecimentos do CRA na sociedade – Quadro demonstrativo	Quantidades de visitas para registro prévio, palestras, número de participação anual em colação de grau, mídia espontânea.
Aperfeiçoar o modelo de gestão do conhecimento, organizando e otimizando os processos.	Percentual de processos padronizados.	Quantidade de processos padronizados (fluxogramado, manualizado, validado, treinado e implantados) em relação ao total de processos a serem padronizados.

Ampliar a ação fiscalizatória na jurisdição do CRA-ES	Percentual de empresas regulares	Quantidade de empresas regulares (adimplentes com responsável técnico) em relação ao total de empresas ativas
	Percentual de editais e licitações notificados	Quantidade de editais de concurso e licitações notificadas em relação ao total fiscalizado
Manter o índice de satisfação do funcionário elevado	Índice de absenteísmo	Total de faltas, sem as faltas legais, em relação ao total de horas trabalhadas mensalmente.
	Índice de satisfação do funcionário e de clima organizacional	Medir a satisfação do funcionário e o clima organizacional mediante pesquisa.

Tabela 2 - Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.

3.1 Estrutura de governança do CRA-ES

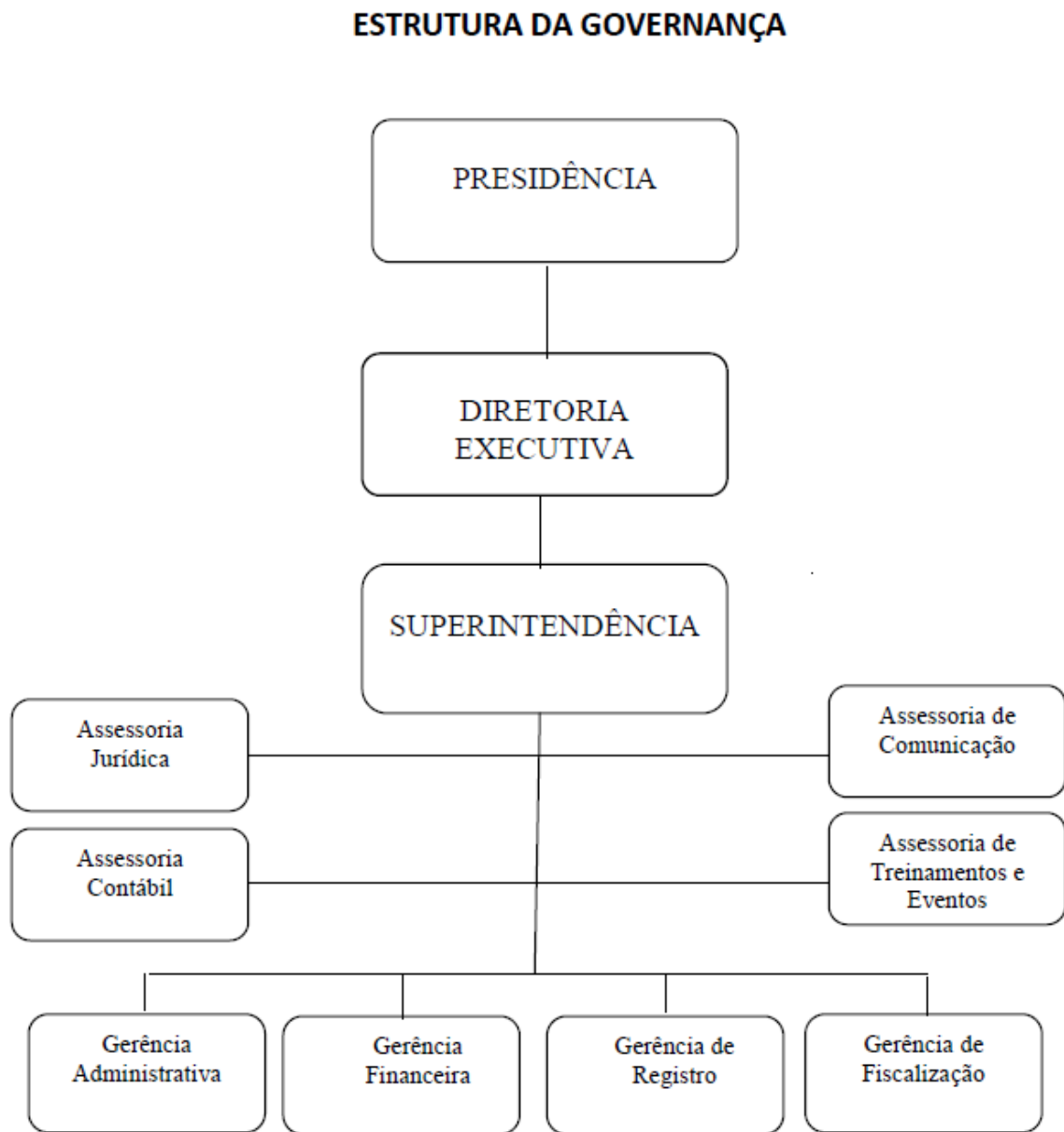


Figura 2 - Estrutura de Governança do CRA-ES

3.2 Demonstração da atuação da unidade de auditoria interna, incluindo informações sobre a qualidade e suficiência dos controles internos da entidade.

O Regulamento da Estrutura Administrativa Operacional do Conselho Federal de Administração, aprovado pela Portaria CFA nº 13, de 17 de abril de 1998, estabelece em seu Art. 19º os serviços de auditoria, a saber:

I – realizar auditorias regulares e especiais e fiscalizações nos sistemas orçamentário, contábil, financeiro, patrimonial, de pessoal e demais sistemas operacionais dos Conselhos Regionais de Administração;

3.2.1 O processo de escolha do dirigente da unidade de auditoria interna;

A Resolução CRA-ES nº 001 de 10 de fevereiro de 2015 constituiu e designou membros por decisão do Plenário de Conselheiros para compor a Comissão de Tomada de Contas do CRA-ES no biênio 2015/2016.

3.2.2 A instância da administração responsável pela instituição e manutenção de uma estrutura e procedimentos de controles internos adequados para a elaboração das demonstrações financeiras e para garantir o atendimento dos objetivos estratégicos;

A Resolução Normativa CFA nº 495 de 09 de dezembro de 2016 aprovou o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo.

3.2.3 A forma de comunicação sistemática à alta gerência, ao Conselho de administração e ao Comitê de Auditoria, se for o caso, sobre riscos considerados elevados assumidos pela gerência ao não implementar as recomendações da Auditoria Interna;

A Resolução Normativa CFA nº 495 de 09 de dezembro de 2016 aprovou o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo.

3.2.4 A forma em que ocorre a certificação de que a alta gerência toma conhecimento e aceita os riscos pela não implementação das recomendações feitas pela auditoria interna.

A Resolução Normativa CFA nº 495 de 09 de dezembro de 2016 aprovou o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo.

3.3 Demonstração da execução das atividades de correção no âmbito da unidade jurisdicionada, destacando os principais eventos apurados e as providências adotadas, notadamente no que se concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que sejam capazes de impactar o desempenho.

3.3.1 Atividades de correção

A Resolução Normativa CFA Nº 349, de 27 de novembro de 2007, aprova o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema CFA/CRAs.

3.3.2 Da Comissão de Tomada de Contas

A Comissão de Tomada de Contas é composta de membros, não integrantes da Diretoria Executiva, cabendo-lhe, em caráter preliminar, apreciar e emitir pareceres sobre os balancetes mensais do CRA-ES, que serão encaminhados à Diretoria Executiva e, a seguir, ao Plenário.

3.4. Relação dos principais dirigentes e membros de conselhos, indicando o período de gestão, a função, o segmento, o órgão ou a entidade que representa.

A relação dos principais dirigentes e membros do CRA-ES está disponível no anexo XIV.

3.5. Remuneração paga aos administradores conselheiros, membros da Diretoria, Câmaras e Comissões.

Os Cargos de Direção e de Conselheiros do Sistema CFA/CRAs são exercidos de forma honorífica, não sendo, portanto efetuado qualquer tipo de pagamento em forma de remuneração. São efetuados pagamentos de diárias e jetons, de caráter indenizatório, quando do deslocamento e quando da

participação em órgãos de deliberação coletiva. Os pagamentos de diárias e jetons obedecem ao disposto na Resolução Normativa CRA-ES nº 011, de 18 de agosto de 2015.

3.5.1 – Pagamento de Diárias aos Conselheiros

Nome do Conselheiro	Período do Exercício		Remuneração	
	Início	Fim	Media Mensal	Total no Exercício
Fernando Antônio Marins de Albuquerque	01/01/2016	31/12/2016	454,17	5.450,00
Flávio Celso Santos Rosa	01/01/2016	31/12/2016	623,27	7.479,19
Hércules da Silva Falcão	01/01/2016	31/12/2016	583,54	7.002,45
Herickson Rubim Rangel	01/01/2016	31/12/2016	145,83	1.750,00
Manoel Carlos Rocha Lima	01/01/2016	31/12/2016	183,33	2.200,00
Maurílio José Martins Inês	01/01/2016	31/12/2016	204,17	2.450,00
Robson Brandão Neves	01/01/2016	31/12/2016	2,08	25,00
			TOTAL	25.356,64

Tabela 3 – Diárias pagas aos Conselheiros

3.5.2 – Pagamento de Jetons aos Conselheiros

Nome do Conselheiro	Período do Exercício		Remuneração	
	Início	Fim	Media Mensal	Total no Exercício
Fernando Antônio Marins de Albuquerque	01/01/2016	31/12/2016	134,75	1.617,00
Flávio Celso Santos Rosa	01/01/2016	31/12/2016	134,75	1.617,00
Hércules da Silva Falcão	01/01/2016	31/12/2016	147,00	1.764,00
Herickson Rubim Rangel	01/01/2016	31/12/2016	85,75	1.029,00
Manoel Carlos Rocha Lima	01/01/2016	31/12/2016	122,50	1.470,00
Maurílio José Martins Inês	01/01/2016	31/12/2016	110,25	1.323,00
Priscilla Modulo de Assunção	01/01/2016	31/12/2016	110,25	1.323,00
Robson Brandão Neves	01/01/2016	31/12/2016	122,50	1.470,00
Sônia Maria de Souza	01/01/2016	31/12/2016	12,25	147,00
			TOTAL	11.760,00

Tabela 4 – Jetons pagos aos Conselheiros

4. Informações sobre a gestão.

A gestão se pautou no cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável ao Setor Público, encontra-se inserido no gerenciamento dos recursos públicos a aplicabilidade do orçamento elaborado, observando o disposto na Lei Orçamentária, nº 4.320/64.

4.1 Demonstração da Receita

De acordo com a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, em seu Art. 32 estabelece que a renda do CRA-ES é constituída de:

- a) 80% (oitenta por cento) da renda bruta dos Conselhos Regionais de Administração, com exceção dos legados, doações ou subvenções;
- b) Doações e legados;
- c) Subvenções dos Governos Federal, Estaduais e Municipais ou de Empresas e Instituições Privadas;
- d) Rendimentos patrimoniais;
- e) Rendas eventuais.

ORIGENS DAS RECEITAS POR NATUREZA – FONTES

TRANSFERÊNCIAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:
Anuidades do Exercício (80%). Receitas arrecadadas no exercício.
Anuidades do Exercício Anterior (80%). Rec. arrecadadas no exercício anterior
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS:
Rendimentos de Aplicações Caderneta de Poupança
Rendimentos de Aplicações em LFT e Títulos do Tesouro
Rendimentos de Aplicações em CDB de estabelecimentos bancários federais
Dividendos de Ações (antigo sistema Telebrás) Direito Uso linhas telefônicas.
RECEITAS DE SERVIÇOS:
Expedição Carteiras Identificação Profissional – CIP
Expedição de Certidões
Expedição de Alvarás

Tabela 5 - Origens das receitas do CRA-ES

Observando, o art. 6º, §1º da Lei 4.320/64, a saber: “§1º. As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber”.

4.2 Desempenho na execução orçamentária e financeira

4.2.1 Desempenho Comparativo das Receitas Arrecadadas nos dois últimos exercícios

Receita Orçamentária		
Receitas Correntes		
Título	2015	2016
Contribuições	4.259.010,42	4.686.624,61
Receita Patrimonial	1.701,66	488,70
Receita de Serviços	461.688,99	544.294,94
Outras Receitas Correntes	170.762,94	207.090,34
Receita Financeira	1.032.738,77	1.487.085,11
Transferências Correntes	142.155,00	45.101,70
Receitas da Dívida Ativa	212.968,28	384.739,07
Soma	6.281.026,06	7.355.424,47

Tabela 6 - Receita orçamentária em 2015 e em 2016

Receita Extra-Orçamentária.		
Título	2015	2016
Receita Extra – Orçamentária	8.365.888,57	3.901.710,63
Soma	8.365.888,57	3.901.710,63

Tabela 7 - Receita extra-orçamentária em 2015 e em 2016

Disponível		
Título	2015	2016
Bancos – Conta movimento	233.192,84	214.332,10
Aplicações financeiras – Recursos Vinculados	7.206.576,39	9.776.880,08
Soma	7.439.769,23	9.991.212,18
Total Geral da Execução Orçamentária e Financeira	22.142.528,86	21.248.347,28

Tabela 8 - Disponível em 2015 e em 2016

4.2.2 Desempenho Comparativo das Despesas Realizadas nos dois últimos exercícios

Despesa Orçamentária		
Despesas Correntes		
Título	2015	2016
Pessoal e Encargos	1.787.143,04	1.754.094,39
Outras Despesas Correntes	2.988.021,96	2.914.382,57
Soma	4.775.165,00	4.668.476,96
Despesas de Capital		
Investimentos	78.636,94	55.556,01
Soma	78.636,94	55.556,01
Total da Despesa Orçamentária		
Despesa Extra – Orçamentária	8.536.533,06	3.794.183,69
Soma	8.536.533,06	3.794.183,69

Tabela 9 - Comparativo de despesas realizadas em 2015 e em 2016

4.2.3 Saldo para o exercício de 2017

Disponível		
Bancos – Conta movimento	2015	2016
Bancos c/ movimento	233.192,84	214.332,10
Aplicações financeiras de Liquidez Imediata		
Aplicações financeiras – Recursos Vinculados	7.206.576,39	9.776.880,08
Soma	7.439.769,23	9.991.212,18
Total Geral da Execução Orçamentária e Financeira	20.830.104,23	18.696.904,33

Tabela 10 - Saldo para o exercício de 2017

4.3 Transferências de recursos realizadas no exercício de referência:

O Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração – PRODER é um Fundo de Recursos Financeiros do Conselho Federal de Administração, constituído de 25% (vinte e cinco por cento) da receita oriunda dos CRAs; destinado a criar as condições para desenvolver a melhoria contínua dos resultados e de efetividade dos Regionais no desempenho de suas finalidades, para fortalecer o Sistema CFA/CRAs no interesse da sociedade brasileira. Durante o exercício de 2016, o CRA-ES foi contemplado com a transferência de recursos do PRODER 2016 para atender aos seguintes projetos:

Discriminação dos projetos	Valor
Pensamento Enxuto	12.809,70
Fiscalização Presente	32.292,00
Soma	45.101,70

Tabela 11 - Valores recebidos em 2016, via PRODER

5. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos

5.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal da entidade

5.1.a Força de Trabalho

Demonstrativo do Quadro de Pessoal do CRA-ES – 31/12/2015

Empregados	Estagiários	Admissão	Dispensa
28	1	0	2

Tabela 12 – Quadro de pessoal do CRA-ES em 2015

Demonstrativo do Quadro de Pessoal do CRA-ES – 31/12/2016

Empregados	Estagiários	Admissão	Dispensa
27	2	0	1

Tabela 13 – Quadro de pessoal do CRA-ES em 2016

Movimentação de pessoal do CRA-ES em 2016

Movimentação do Quadro de Pessoal				Movimentação dos Estagiários		
31/12/2015	Admissão	Dispensa	31/12/2016	Contratados	Dispensados	Existentes
28	0	1	27	3	1	2

Tabela 14 - Movimentação de pessoal no CRA-ES

5.1.b Ingresso de funcionários

A admissão de funcionários para provimento de vagas dos cargos de carreira e cargos comissionados se dá em conformidade com a Resolução Normativa do CFA nº 266 de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a realização de processo de seleção pública para contratação de pessoal no Sistema CFA/CRA's. Aos critérios da Diretoria Executiva do CRA-ES, a admissão de funcionários para provimento de vagas em cargos comissionados, pode eventualmente ser efetuada por processo seletivo simples, dispensando a seleção pública, observando-se a legislação vigente.

5.1.c Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a estrutura de cargos e faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de servidores por Faixa Etária				
	Ate 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1 Analista I	1	3	2	1	0
1.2 Analista II	0	0	0	0	2
1.3 Assistente Adm/Financeiro I	7	5	0	0	0
1.4 Assistente Adm/Financeiro II	0	1	1	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1 Superintendente	0	0	0	0	0
2.2 Gerente de Unidade	0	0	0	0	0
2.3 Assessor Especialista	0	0	1	0	0
2.4 Assessor Técnico	0	0	0	0	0
2.5 Assessor de Comunicação	0	1	0	0	0
2.6 Assessor de Treinamento e Eventos	0	1	0	0	0
2.7 Assistente de Gabinete	0	1	0	0	0
3. Totais (1 + 2)	8	12	4	1	2

Tabela 15 - Provimento de cargos no CRA-ES - por faixa etária

5.1.d Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a estrutura de cargos e nível de escolaridade

Tipologia do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.Provimento de Cargo Efetivo									
1.1 Analista I	0	0	0	0	0	4	3	0	0
1.2 Analista II	0	0	0	0	0	2	0	0	0
1.3 Assistente Adm/Financeiro I	0	0	0	0	2	10	0	0	0
1.4 Assistente Adm/Financeiro II	0	0	0	0	0	2	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1 Superintendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Gerente de Unidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3 Assessor Especial	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.4 Assessor Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Assessor de Comunicação	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2.3 Assessor de Treinamento e Eventos	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2.4 Assistente de Gabinete	0	0	0	0	0	1	0	0	0
3. Totais (1 +2)	0	0	0	0	2	20	5	0	0
LEGENDA NÍVEL DE ESCOLARIDADE 1 - Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não classificada.									

Tabela 16 - Provimento de cargos no CRA-ES – por escolaridade

5.2. Em relação à desoneração da folha de pagamento propiciado pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Os contratos de locação de mão de obra firmados pelo CRA-ES não envolvem empresas que tiveram desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011.

6. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas

Registramos que o Sistema CFA/CRA's detém o poder de polícia disciplinado pelo art. 78 do Código Tributário Nacional – CTN e suas receitas correntes são contribuições de interesse da categoria profissional de Administrador, ou seja: **“Espécie de contribuição que se caracteriza por atender a determinadas categorias profissionais ou econômicas, vinculando sua arrecadação às entidades que as instituíram. Não transitam pelo Orçamento da União.”**(grifo nosso)

Considerando que as prerrogativas do Código Tributário Nacional em consonância com a Lei nº 4.320/64, vigentes, possibilitam a continuidade administrativa, orçamentária, patrimonial e contábil e, são aplicáveis às Entidades Fiscalizadoras das Profissões Liberais, estamos cientes de que as demonstrações contábeis do Conselho Federal de Administração estão elaboradas e apresentadas em observância às determinações legais, principalmente às determinações da Lei nº 4.320/64, Normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que preveem o registro das receitas e das despesas em regime orçamentário.

Observando, ainda, a NBC 16.6, no que couber às Entidades Fiscalizadoras das Profissões Liberais.

6.1 Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU

O CRA-ES sempre se pautou no cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis às Entidades Fiscalizadoras das Profissões Liberais, principalmente as determinações e recomendações desse Egrégio Tribunal de Contas. Como membro do Sistema CFA/CRA's, ao tomar conhecimento da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, bem como do Ofício Circular nº 190/2013/CFA/COF está focado para atender às recomentados do TCU, via Conselho Federal de Administração (CFA)

7. Informações Contábeis

Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC n.º 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, ou norma específica equivalente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da entidade.

7.1 Informações sobre a adoção das normas NCASP

7.1.1 Da depreciação, da amortização e da exaustão

A Contabilidade Brasileira tem evoluído com o objetivo de convergir às práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade. Nesse sentido e em cumprimento aos que dispõem os arts. 106, § 3º, e 108, § 2º, da Lei nº 4.320/64, a Instrução Normativa SRF nº 162, de 31/12/1998 e a Resolução CFC nº 1.136, de 21/11/2008, que aprova a NBC T 16.9; o Conselho Federal de Administração criou o Manual de Procedimentos para Depreciação de Bens Patrimoniais, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 428, de 19/12/2012, abrangendo conceitos, procedimentos e instruções referentes à implantação da depreciação anual a ser realizada no âmbito do Sistema CFA/CRA's.

O CRA-ES está ciente da análise e apresentação das Demonstrações contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, ou, ainda prevista na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas. As demonstrações contábeis do CRA-ES são elaboradas e apresentadas principalmente em observância às determinações contidas na Lei nº 4.320/64 e disposições da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que preveem o registro das receitas e despesas em regime orçamentário. Essas demonstrações compreendem:

7.1.2 Balanço Patrimonial

Apresenta os saldos das contas patrimoniais, no valor de R\$ 31.701.492,74 (Trinta e um milhões, setecentos e um mil, quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos), na data do levantamento do balanço em 31 de dezembro de 2016.

7.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

Demonstra a apuração do superávit do exercício, no valor de R\$ 11.120.663,79 (Onze milhões, cento e vinte mil, seiscentos e sessenta e três reais e setenta e nove centavos), no findo em 31 de dezembro de 2016.

7.1.4 Balanço Financeiro

Demonstra os recursos obtidos e aplicados, no valor de R\$ 18.696.904,33 (Dezoito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, novecentos e quatro reais e trinta e três centavos), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com ênfase na variação das contas do disponível.

7.1.5 Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas orçadas atualizadas, no valor de R\$ 6.248.832,38 (Seis milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e trinta e dois reais e trinta e oito centavo) e as arrecadadas no valor de R\$ 7.355.424,47 (Sete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro

reais e quarenta e sete centavos), bem como as despesas orçadas no valor de R\$ 6.248.832,38 (Seis milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e trinta e dois reais e trinta e oito centavo) e as executadas no valor de: Empenhada R\$ 4.911.508,46 (Quatro milhões, novecentos e onze mil, quinhentos e oito reais e quarenta e seis centavos); liquidada R\$ 4.724.032,97 (Quatro milhões, setecentos e vinte e quatro mil, trinta e dois reais e noventa e sete centavos); e as Pagas R\$ 4.633.403,17 (Quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil, quatrocentos e três reais e dezessete centavos), conforme balanço Orçamentário do exercício de 2016.

7.2. Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6

7.2.1 Disponível

7.2.1.1 Caixas e Equivalentes de Caixa

As contas correntes mantidas junto ao Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal nos termos da legislação, apresenta o saldo de R\$ 214.332,10 (Duzentos e quatorze mil, trezentos e trinta e dois reais e dez centavos) em 31 de dezembro de 2016.

As aplicações financeiras mantidas junto ao Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação aplicável, apresenta o saldo de R\$ 9.776.880,08 (Nove milhões, setecentos e setenta e seis mil, oitocentos e oitenta reais e oito centavos) na data do Balanço.

7.2.2 Estoques

O CRA-ES não trabalha com estoque de material em almoxarifado. O estoque basicamente é de consumo imediato e de impressos padronizados, com controle de distribuição para os setores, sem a avaliação do custo após a sua aquisição, cujos valores ficam restritos aos registros contábeis e, respectiva documentação comprobatória, notas fiscais, que se encontram arquivadas juntamente com o controle da movimentação financeira diariamente contabilizada.

7.2.3 Imobilizado

O imobilizado está registrado, no valor de R\$ 7.031.267,81 (Sete milhões, trinta e um mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos), ao custo de aquisição ou construção deduzidas as depreciações e amortizações.

A depreciação sobre os bens móveis é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, de acordo com o Manual de Procedimentos para Depreciação de Bens Patrimoniais, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 428/2012, publicada no D.O. U. nº 223, de 20 de novembro de 2012 Seção 1 p. 140.

7.2.4 Despesas

Conforme disposto na Lei nº 4.320/64 as despesas orçamentárias são contabilizadas, com base no regime de competência.

7.2.5 Receitas de Contribuições

As Receitas de Contribuições são registradas pelo Regime Misto: de Caixa e de Competência, com base na lei 4.320/64 e dispositivos.

O Sistema CFA/CRA não arrecada Receitas de Contribuições. A receita enquadra-se no Grupo de Outras Contribuições Sociais, tais como: anuidades, registros, expedição de carteiras, sendo consideradas receitas parafiscais.

7.2.6 Receita de Serviços

Composição	2015	2016
Rendas e Emolumentos c/ Inscrição	51.469,00	71.753,61
Rendas e Emolumentos c/ Expedição Carteiras	52.334,42	73.484,24
Rendas e Emolumentos c/ Expedição Certidões	241.753,02	209.599,23
Rendas e Emolumentos c/ Taxas Diversas	116.132,55	189.457,86
Soma	461.688,99	544.294,94

Tabela 17 - Composição das receitas de serviços

7.3 Relatório de Auditoria Independente

Conforme estabelece o inciso X do Art. 45 do Regimento Interno do CFA, aprovando pela Resolução Normativa CFA nº 432, de 8 de março de 2013, anualmente o CFA contrata uma empresa para realiza exames de auditoria “in loco” visando constatar se o processo de prestação de contas do CRA-ES está instruído pelas peças necessárias a sua apreciação pelo Plenário do CFA, assim como, aos normativos expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN contendo inclusive os comparativos da execução orçamentária, Balanço Financeiro e Patrimonial Comparado e o Demonstrativo das Variações Patrimoniais, com posições no dia 31 de dezembro.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

A

DD. Diretoria do
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades públicas, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei nº 4.320/64.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Regional, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades públicas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Regional.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Conhecimento que Gera Valor

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil e nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada, de acordo com a Lei nº 4.320/64 e, também, em consonância com as disposições contidas na Portaria STN nº 548/2015, quanto ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, anexo à referida Portaria, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração do Regional a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2017.



8. RELACIONAMENTO

Os Administradores, Tecnólogos em Gestão e a sociedade em geral têm livre acesso às Sessões Plenárias mensais, que são realizadas no auditório do CRA-ES, iniciando-se sempre 8h30min horas e têm duração média de duas horas.

Nas Sessões Plenárias, os Conselheiros apreciam e deliberam sobre registro, licença e cancelamento de registro de pessoas físicas e jurídicas; julgam e decidem em primeira instância, na esfera administrativa, os processos de infração à legislação do exercício profissional e do Código de Ética Profissional do Administrador. O Conselheiro Presidente e o Conselheiro Diretor Administrativo Financeiro informam aos demais e ao público presente, as ações ou fatos relevantes ocorridos na administração da autarquia.

O acesso à área de atendimento ao público, auditório e salas de aula é facilitado aos cadeirantes por meio de rampas e elevador, que obedecem as normas técnicas da ABNT, para cumprimento do que estabelece a Lei 10.098/2000 e o Decreto 5.296/2004.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

A Comissão de Planejamento e Inovação, criada pela Resolução Normativa CRA-ES nº 007 de 12 de janeiro de 2011, que tem com atribuição identificar e acompanhar atividades que proporcionem sustentabilidade, que atendam melhor os registrados, que proporcionem melhoria contínua nos processos internos, assim como, que ofereçam oportunidades de aprendizado e crescimento dos funcionários, contribui na gestão do CRA-ES. A Comissão é responsável pelo realimento constante do planejamento estratégico do CRA-ES.

Também contribui na gestão do CRA-ES a Comissão Especial de Programação de Eventos do IAES, criada pela Resolução Normativa CRA-ES nº 015 de 21 de novembro de 2011, que tem como atribuição elaborar programas e projetos de atividades autossustentáveis para o desenvolvimento da ciência da administração, com certificação ou não; exercer a coordenação e supervisão geral da realização de eventos e programar a locação de salas, do auditório e de espaços do CRA-ES.

ANEXO I

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

Ativo

Discriminação	31/12/2015	31/12/2016	Variação
ATIVO CIRCULANTE	7.579.202,06	15.907.005,61	8.327.803,55
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.439.769,23	9.991.212,18	2.551.442,95
Créditos a Curto Prazo	0,00	5.489.154,27	5.489.154,27
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	139.432,83	426.639,16	287.206,33
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	0,00
Variações Patrimoniais diminutivas Pagas Antec.	0,00	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.456.249,92	15.794.487,13	6.338.237,21
Ativo Realizáveis a longo Prazo	2.195.104,27	8.761.920,94	6.566.816,67
Créditos a Longo Prazo	2.191.504,27	8.758.320,94	6.566.816,67
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	3.600,00	3.600,00	0,00
Investimentos	1.298,38	1.298,38	0,00
Participações Permanentes	1.298,38	1.298,38	0,00
Imobilizado	7.250.670,00	7.026.769,62	(223.900,38)
Bens Móveis	947.471,92	1.050.211,25	102.739,33
Bens Imóveis	6.791.000,56	6.791.000,56	0,00
(-) Depreciação, Exaustão e Amortiz. Acumul.	487.802,48C	814.442,19C	326.639,71C
Intangível	9.177,27	4.498,19	(4.679,08)
Softwares	61.720,49	61.720,49	0,00
(-) amortização Acumulada	52.543,22C	57.222,30C	4.679,08C
Total do Ativo	17.035.451,98	31.701.492,74	14.666.040,76

Tabela 18 - Balanço patrimonial - Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO
Passivo

Discriminação	31/12/2015	31/12/2016	Variação
PASSIVO CIRCULANTE	627.907,01	583.309,92	(44.597,09)
Obrigações trabalhistas, previdência e assistenciais a pagar a curto prazo	193.880,72	224.034,88	30.154,16
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00	0,00
Fornecedores a contas a pagar a curto prazo	11.408,64	11.810,28	401,64
Obrigações fiscais a curto prazo	920,35	856,48	(63,87)
Obrigações de repartição a outros entes	83.017,64	88.259,61	5.241,97
Provisões a curto prazo	132.755,45	179.793,84	47.038,39
Demais obrigações a curto prazo	205.924,21	78.554,83	(127.369,38)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	220.562,00	190.447,57	(30.114,43)
Obrigações trabalhistas, previdências e assistenciais a pagar a longo prazo	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Resultado Diferido	220.562,00	190.447,57	(30.114,43)
TOTAL DO PASSIVO	848.469,01	773.757,49	(74.711,52)
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00	0,00
Resultados Acumulados	16.186.982,97	30.927.735,25	14.740.752,28
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.186.982,97	30.927.735,25	14.740.752,28
Total do Passivo	17.035.451,98	31.701.492,74	14.666.040,76

Tabela 19 - Balanço patrimonial comparado - Passivo

ANEXO II

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada

(1/4)

Discriminação	Orçada	Arrecadada Período	Exercício	Diferença
RECEITA REALIZADA	6.248.832,38	565.670,27	7.355.424,47	(1.106.592,09)
RECEITA CORRENTE	6.198.832,38	565.670,27	7.355.424,47	(1.156.592,09)
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	4.446.408,17	307.852,18	4.686.624,61	(240.216,44)
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.210.141,65	200.141,41	3.322.166,23	(112.024,58)
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	3.030.679,09	140.827,71	2.624.516,13	406.162,96
Anuidade - Administrador e Outros Bacharéis	3.030.679,09	140.827,71	2.624.516,13	406.162,96
Anuidade – Tecnólogos	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAS FÍSICAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	179.462,56	59.313,70	697.650,10	(518.187,54)
Anuidade - Administrador e Outros Bacharéis	179.462,56	59.313,70	697.650,10	(518.187,54)
Anuidade – Tecnólogos	0,00	0,00	0,00	0,00
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	1.236.266,52	107.710,77	1.364.458,38	(128.191,86)
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	1.176.963,08	102.918,79	1.231.731,03	(54.767,95)
Anuidade PJ	1.176.963,08	102.918,79	1.231.731,03	(54.767,95)
PESSOA JURÍDICA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	59.303,44	4.791,98	132.727,35	(73.423,91)
Anuidade PJ	59.303,44	4.791,98	132.727,35	(73.423,91)
RECEITA PATRIMONIAL	4.240,00	0,00	488,70	3.751,30
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.240,00	0,00	488,70	3.751,30
Aluguéis	2.120,00	0,00	0,00	2.120,00
Aluguéis – IAES	2.120,00	0,00	488,70	1.631,30
RECEITA DE SERVICOS	571.955,78	77.002,87	730.538,91	(158.583,13)
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	88.934,98	9.441,89	71.753,61	17.181,37
Pessoas Físicas	44.467,49	6.729,72	36.297,61	8.169,88
Pessoas Jurídicas	44.467,49	2.712,17	35.456,00	9.011,49
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	66.701,22	7.944,11	73.484,24	(6.783,02)
Pessoas Físicas	66.701,22	7.944,11	73.484,24	(6.783,02)
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	223.819,67	15.186,51	209.599,23	14.220,44
Pessoas Físicas	37.056,23	1.501,00	21.143,62	15.912,61
Pessoas Jurídicas	186.763,44	13.685,51	188.455,61	(1.692,17)

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada (continuação)
(2/4)

EMOLUMENTOS COM TAXAS DIVERSAS	51.878,73	29.273,90	189.457,86	(137.579,13)
Receita Taxas				
Cancelamento/licença/RRT e Recursos CFA	51.878,73	29.273,90	189.457,86	(137.579,13)
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	140.621,18	15.156,46	186.243,97	(45.622,79)
Mala Direta, Etiquetas e Outros	0,00	34,33	1.120,22	(1.120,22)
Inscrições de Processos Seletivos	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrições de Eventos – IAES	21.200,00	553,00	5.753,50	15.446,50
Recuperação Com Custos de Cobrança	2.600,00	0,00	2.116,40	483,60
Custas Processuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Despesas Postais	1.600,00	205,88	1.566,07	33,93
Fotocópias	741,18	0,20	188,75	552,43
Doações/Bonificações – IAES	114.480,00	14.363,05	175.499,03	(61.019,03)
Outras Receitas –IAES	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCEIRAS	959.746,18	134.048,19	1.487.085,11	(527.338,93)
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	51.878,74	22.285,80	220.378,46	(168.499,72)
Pessoas Físicas	25.939,37	19.857,64	179.574,29	(153.634,92)
Pessoas Jurídicas	25.939,37	2.428,16	40.804,17	(14.864,80)
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	520,00	(520,00)
Pessoas Físicas	0,00	0,00	520,00	(520,00)
Pessoas Jurídicas	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	28.162,74	2.546,29	30.203,40	(2.040,66)
Pessoas Físicas	14.081,37	2.217,15	22.662,71	(8.581,34)
Pessoas Jurídicas	14.081,37	329,14	7.540,69	6.540,68
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	879.704,70	109.216,10	1.235.983,25	(356.278,55)
Títulos do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
Poupança	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Investimento Lastreados em Títulos do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimento s/ Aplicação Financeira em CDB/CDI	879.704,70	109.216,10	1.235.983,25	(356.278,55)
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	100.000,00	0,00	45.101,70	54.898,30
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA	100.000,00	0,00	45.101,70	54.898,30

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada (continuação)

(3/4)

PRODER 2016	49.887,00	0,00	0,00	49.887,00
Fiscalização Presente	14.233,00	0,00	12.809,70	1.423,30
Pensamento Enxuto	35.880,00	0,00	32.292,00	3.588,00
Transferências de Quota-Parte do CRA/TO	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a CRA em Convênio Pró-evento FIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Auxílios Financeiros a CRAs	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	116.482,25	46.767,03	405.585,44	(289.103,19)
DÍVIDA ATIVA	116.482,25	45.143,81	384.739,07	(268.256,82)
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	15.000,00	20.338,40	131.723,14	(116.723,14)
Anuidades/Taxas	10.000,00	13.574,70	90.373,03	(80.373,03)
Auto de Infração	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa s/ Dívida Ativa	2.000,00	272,10	2.146,66	(146,66)
Juros s/ Dívida Ativa	3.000,00	6.491,60	39.203,45	(36.203,45)
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	100.000,00	24.454,89	244.032,59	(144.032,59)
Anuidades/Taxas	60.000,00	16.740,34	156.701,27	(96.701,27)
Multas s/ Dívida Ativa	5.000,00	254,57	3.575,75	1.424,25
Juros s/ Dívida Ativa	30.000,00	7.232,79	79.918,74	(49.918,74)
Custas Processuais Dívida Ativa Executiva	5.000,00	227,19	3.836,83	1.163,17
MULTAS DE INFRAÇÃO	1.482,25	350,52	8.983,34	(7.501,09)
Auto de Infração Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00
Auto de Infração Pessoa Jurídica	1.482,25	350,52	8.983,34	(7.501,09)
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	1.623,22	19.063,37	(19.063,37)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	1.783,00	(1.783,00)
Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	1.783,00	(1.783,00)
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas a Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMOS TOMADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos para Despesas de Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos P/ Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e Utensílios de Escritórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada (continuação)

(4/4)

Utensílios de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
Biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00
Salas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos para Despesas de Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos P/ Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Ampliação de Hardwares	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	6.248.832,38	565.670,27	7.355.424,47	(1.106.592,09)

Tabela 20 - Comparativo da Receita Orçada com a Realizada

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada
(1/4)

Discriminação	Orçada	Realizada no Período	Exercício	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	6.101.682,38	442.752,47	4.668.476,96	1.433.205,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.218.847,15	190.195,82	1.754.094,39	464.752,76
REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.661.664,10	137.345,31	1.309.881,70	351.782,40
Salários	883.540,99	51.693,06	739.075,69	144.465,30
Cargo em Comissão	198.873,60	16.981,00	178.493,81	20.379,79
Gratificação de Função	163.344,38	6.142,57	139.894,39	23.449,99
Bonificação p/Metas	97.324,92	0,00	0,00	97.324,92
Gratificação de Natal - 13º Salário	107.890,74	46.659,56	99.948,20	7.942,54
Abono Pecuniário de Férias	34.604,42	0,00	0,00	34.604,42
Férias e 1/3 de Férias - CF/88	138.085,05	12.517,07	124.267,09	13.817,96
Horas Extras	0,00	0,00	0,00	0,00
Substituições	20.000,00	3.352,05	10.521,42	9.478,58
Indenizações Trabalhistas - Aviso Prévio	18.000,00	0,00	17.681,10	318,90
ENCARGOS PATRONAIS	557.183,05	52.850,51	444.212,69	112.970,36
INSS Patronal	355.478,06	39.942,89	283.080,20	72.397,86
INSS Terceiros	7.900,22	0,00	0,00	7.900,22
FGTS	177.270,90	11.058,68	148.193,33	29.077,57
PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	16.533,87	1.848,94	12.939,16	3.594,71
Outros Encargos Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.164.172,80	134.539,36	1.561.138,84	603.033,96
BENEFÍCIOS A PESSOAL	562.337,34	44.294,71	483.603,15	78.774,19
Vale Transporte	17.700,00	889,81	8.420,53	9.279,47
Auxílio Alimentação	227.500,00	19.241,80	216.030,40	11.469,60
Plano de Saúde	308.000,00	23.410,68	250.102,46	57.897,54
Seguro de Vida em Grupo	1.107,34	79,92	979,76	127,58
Bolsa de Estudo	8.070,00	672,50	8.070,00	0,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	421.247,20	13.592,68	229.967,00	191.280,20
MATERIAL DE CONSUMO	226.687,49	4.349,36	112.430,40	114.257,09
Materiais de Expediente/Informática	26.499,96	1.509,25	24.290,66	2.209,30
Carteiras de Identificação Profissional	136.899,96	0,00	43.097,74	93.802,22
Materiais para Manutenção de Bens Móveis e Utensílios	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Materiais para Manutenção de Máquinas e Equipamentos	3.000,00	0,00	500,00	2.500,00

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada (continuação)
(2/4)

Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	3.391,50	0,00	3.086,50	305,00
Materiais de Copa e Cozinha	2.250,00	0,00	2.167,53	82,47
Uniformes	5.842,00	0,00	3.846,00	1.996,00
Gêneros de Alimentação	12.748,20	837,05	4.014,97	8.733,23
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	11.515,87	699,86	10.945,73	570,14
Fornecimento de Alimentação	22.540,00	1.303,20	20.481,27	2.058,73
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	7.000,21	0,00	1.322,71	5.677,50
Materiais Institucionais	5.237,50	0,00	0,00	5.237,50
Outros Materiais de Consumo	1.762,71	0,00	1.322,71	440,00
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	14.264,00	980,00	11.866,16	2.397,84
Estagiário por Tempo Determinado	12.364,00	980,00	11.866,16	497,84
Diversos Serviços de Terceiros - PF	1.900,00	0,00	0,00	1.900,00
DIÁRIAS	119.227,50	3.296,46	60.534,69	58.692,81
Diárias – Funcionários	60.776,00	1.150,47	29.759,19	31.016,81
Diárias - Conselheiros/Colaboradores	58.451,50	2.145,99	30.775,50	27.676,00
PASSAGENS	40.120,00	2.761,86	31.460,84	8.659,16
Passagens - Funcionários/Conselheiros/Colaboradores	40.120,00	2.761,86	31.460,84	8.659,16
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	1.600,00	0,00	592,20	1.007,80
Funcionários/Conselheiros/Colaboradores	1.600,00	0,00	592,20	1.007,80
DESPESA COM LOCOMOÇÃO - REUNIÕES	12.348,00	2.205,00	11.760,00	588,00
Desp. Locomoção - Conselheiros	12.348,00	2.205,00	11.760,00	588,00
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.180.548,26	76.651,97	847.568,69	332.979,57
Manutenção de Software	122.215,33	9.684,73	106.810,63	15.404,70
Manutenção de Rede e Equipamentos de Informática	49.400,00	2.497,40	38.849,86	10.550,14
Assinatura de Jornais e Periódicos	413,65	0,00	413,65	0,00
Energia Elétrica	58.000,00	3.528,33	45.049,28	12.950,72
Água e Esgoto	7.200,00	348,30	5.924,88	1.275,12
Comunicação Telefônica/Internet	39.570,00	2.487,58	32.672,90	6.897,10
Comunicação Postal	115.190,17	3.588,71	68.487,92	46.702,25
Locação de Equip. e Bens Móveis em Geral	36.310,00	2.901,67	16.325,18	19.984,82
Seguro em Geral	3.410,11	2.194,00	3.410,11	0,00
Intermediação de Estágio	1.308,32	113,90	1.308,32	0,00

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada (continuação)
(3/4)

Seleção e Treinamento	16.000,00	299,00	4.924,50	11.075,50
Limpeza e Conservação	147.963,47	12.594,88	134.806,79	13.156,68
Publicações	35.800,00	945,71	29.168,90	6.631,10
Impressões Gráficas/Jornais/Cópias e Encadernações	24.786,60	0,00	4.496,79	20.289,81
Segurança Eletrônica	10.800,00	720,00	8.670,00	2.130,00
Eventos	162.813,60	16.028,61	93.003,83	69.809,77
Instituto de Administração do ES	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação e Divulgação	126.000,00	2.266,00	65.181,64	60.818,36
Serviços de Consultoria/Assessoria de Terceiros	50.188,84	4.232,81	45.811,01	4.377,83
Assessoria Contábil	62.201,90	5.082,95	53.754,60	8.447,30
Assessoria Jurídica	61.198,96	5.097,93	56.077,23	5.121,73
Assessoria a Restrição de Créditos	8.727,27	0,00	6.576,42	2.150,85
Outros Serviços – PJ	18.009,30	401,90	6.114,49	11.894,81
Reparos, Adaptações e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	23.040,74	1.637,56	19.729,76	3.310,98
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRIBUTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota Parte	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	110.399,04	15.450,25	78.903,48	31.495,56
Sentenças Judiciais	45.200,00	3.103,48	40.062,98	5.137,02
Indenizações, Restituições e Reposições	7.000,04	0,00	3.205,27	3.794,77
Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	7.000,00	150,80	1.825,13	5.174,87
Homenagens	6.199,00	638,00	4.570,00	1.629,00
Patrocínio	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Despesas Cartoriais e Taxas	15.000,00	365,72	8.062,48	6.937,52
Execução Fiscal	26.000,00	11.192,25	21.177,62	4.822,38
SERVIÇOS BANCÁRIOS	102.770,28	6.919,64	76.292,78	26.477,50
Tarifas Sobre Serviços Bancários	3.000,00	161,12	1.859,79	1.140,21
Despesas com Cobrança	38.490,28	3.241,75	37.641,54	848,74
Despesas Com Cobrança s/Cartão	61.280,00	3.516,77	36.791,45	24.488,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.345.853,30	95.647,40	1.198.047,47	147.805,83
SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.245.853,30	88.259,61	1.177.164,77	68.688,53
Cota Parte CFA	1.245.853,30	88.259,61	1.177.164,77	68.688,53

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada (continuação)
(4/4)

TRANSFERÊNCIA DE CUSTEIO DE PROJETOS	100.000,00	7.387,79	20.882,70	79.117,30
Transferência de Custeio de Projetos – PRODER	100.000,00	7.387,79	20.882,70	79.117,30
PRODER 2016	49.887,00	0,00	0,00	49.887,00
Fiscalização Presente	14.233,00	4.696,79	12.809,70	1.423,30
Pensamento Enxuto	35.880,00	2.691,00	8.073,00	27.807,00
Transferência de Custeio de Projetos - PRODER	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA	159.639,81	0,00	0,00	159.639,81
Reserva de Contingência	159.639,81	0,00	0,00	159.639,81
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	147.150,00	1.074,50	55.556,01	91.593,99
INVESTIMENTOS	97.150,00	1.074,50	48.717,01	48.432,99
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras/Reformas e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	54.650,00	1.074,50	48.717,01	5.932,99
Móveis e Utensílios	5.786,00	0,00	4.500,71	1.285,29
Máquinas e Equipamentos	3.000,00	399,50	647,50	2.352,50
Utensílios de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos de Informática	42.864,00	0,00	42.634,00	230,00
Imagem e Som	3.000,00	675,00	934,80	2.065,20
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Salas	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00
INTANGÍVEL	42.500,00	0,00	0,00	42.500,00
Sistemas de Informática e Processamento de Dados - Softwares	42.500,00	0,00	0,00	42.500,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	50.000,00	0,00	6.839,00	43.161,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	6.839,00	43.161,00
Transferência de Custeio de Projetos – PRODER	50.000,00	0,00	6.839,00	43.161,00
Ampliação de Hardwares	6.839,00	0,00	6.839,00	0,00
PRODER 2016	43.161,00	0,00	0,00	43.161,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS - LIQUIDADAS	6.248.832,38	443.826,97	4.724.032,97	1.524.799,41

Tabela 21 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

ANEXO III
BALANÇO FINANCEIRO
RECEITAS

Títulos	31/12/2015	31/12/2016
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
RECEITA REALIZADA		
Receitas Correntes		
Contribuições	4.259.010,42	4.686.624,61
Receita Patrimonial	1.701,66	488,70
Receita de Serviços	461.688,99	544.294,94
Outras Receitas Correntes	170.762,94	207.090,34
Receitas Financeiras	1.032.738,77	1.487.085,11
Transferências Correntes	142.155,00	45.101,70
Receitas da Dívida Ativa	212.968,28	384.739,07
Subtotal (Receitas Correntes):	6.281.026,06	7.355.424,47
Receitas de Capital		
Transferências e Capital	55.845,00	0,00
Subtotal (Receitas de Capital):	55.845,00	0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA		
Receita Extra Orçamentária.	8.365.888,57	3.901.710,63
Subtotal (Receitas Extra Orçamentárias):	8.365.888,57	3.901.710,63
DISPONÍVEL		
Saldo do Exercício Anterior	6.127.344,60	7.439.769,23
Total do Ativo do Balanço Financeiro	20.830.104,23	18.696.904,33

Tabela 22 - Balanço financeiro – Receitas

BALANÇO FINANCEIRO

DESPESAS

Títulos	31/12/2015	31/12/2016
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	81.271,94	187.475,49
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	4.853.801,94	90.629,80
CRÉDITO EMPENHADO – PAGO		4.633.403,17
Despesas Correntes		
Pessoal e Encargos Sociais		1.309.881,70
Encargos Patronais		444.212,69
Outras Despesas Correntes		1.558.768,65
Demais Despesas Correntes		78.903,48
Despesas Bancárias		76.292,78
Transferências Correntes		1.109.787,86
Subtotal (Despesas Correntes):		4.577.847,16
Despesas de Capital		
Investimentos		48.717,01
Outras Despesas Capital		6.839,00
Subtotal (Despesas de Capital):		55.556,01
TOTAL DESP. ORÇAMENTÁRIA – PAGA		4.633.403,17
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO		
Despesas Correntes		
Pessoal e Encargos Sociais	1.787.143,04	
Outras Despesas Correntes	1.676.342,97	
Demais Despesas Correntes	58.373,91	
Despesas Bancárias	45.602,96	
Transferências Correntes	1.207.702,12	
Subtotal (Despesas Correntes):	4.775.165,00	
Despesas de Capital		
Investimentos	42.170,94	
Outras Despesas Capital	36.466,00	
Subtotal (Despesas de Capital):	78.636,94	
TOTAL DESP. ORÇAMENTÁRIA – LIQUIDADA	4.853.801,94	
EXTRAORÇAMENTÁRIA		
Despesa Extra Orçamentária	8.536.533,06	3.794.183,69
Subtotal (Despesas Extra Orçamentárias):	8.536.533,06	3.794.183,69
DISPONÍVEL		
Disponível	7.439.769,23	9.991.212,18
Saldo para o Exercício Seguinte	7.439.769,23	9.991.212,18
Total do Passivo do Balanço Financeiro	20.830.104,23	18.696.904,33

Tabela 23 - Balanço financeiro – Despesas

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES ATIVAS

Títulos	2016
Variação Patrimonial Aumentativa	16.268.712,07
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	215.638,72
Taxas	215.638,72
Taxas pela Prestação de Serviços	215.638,72
Contribuições	6.785.894,72
Contribuições Sociais	6.785.894,72
Contribuições Sociais	6.785.894,72
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	542.291,33
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	542.291,33
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	542.291,33
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.507.907,04
Juros e Encargos de Mora	238.426,72
Outros Juros e Encargos de Mora	238.426,72
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	1.269.480,32
Multas Sobre Anuidades	1.269.480,32
Transferências Recebidas	45.101,70
Transferências Intragovernamentais	45.101,70
Transferências Intragovernamentais	45.101,70
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.171.878,56
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	7.171.878,56
Multas Administrativas	18.505,80
Indenizações	1.783,00
Reversão de Provisões	115.329,05
Dívida Ativa	6.990.338,39
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	45.922,32
Total das Variações Ativas:	16.268.712,07
Déficit do Exercício	
Total	16.268.712,07

Tabela 24 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações ativas

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**VARIAÇÕES PASSIVAS**

Títulos	2016
Variação Patrimonial Diminutiva	5.148.048,28
Pessoal e Encargos	2.263.667,83
Remuneração de Pessoal	1.328.918,24
Remuneração a Pessoal – RPPS	1.328.918,24
Encargos Patronais	451.146,44
Encargos Patronais – RPPS	451.146,44
Benefícios a Pessoal	483.603,15
Benefícios a Pessoal – RPPS	483.603,15
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.443.180,87
Uso de Material de Consumo	113.753,11
Consumo de Material	113.753,11
Serviços	1.099.518,19
Diárias	60.528,19
Serviços Terceiros - Pessoas Físicas	55.679,20
Serviços Terceiros - Pessoas Jurídicas	983.310,80
Depreciação, Amortização e Exaustão	229.909,57
Depreciação	225.230,49
Amortização	4.679,08
Transferências Concedidas	1.198.053,97
Transferências Intragovernamentais	1.198.053,97
Transferências Intragovernamentais	1.198.053,97
Desvalorização e Perda de Ativos	182.109,07
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	182.109,07
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	2.315,23
Variação Patrimonial Diminutiva com Provisão para Perdas de Créditos	179.793,84
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	61.036,54
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	61.036,54
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	61.036,54
Total das Variações Passivas	5.148.048,28
Superávit do Exercício	11.120.663,79
Total	16.268.712,07

Tabela 25 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações passivas

ANEXO V

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

ATIVO

Títulos	Saldo em	Saldo em	Variações	
	31.12.2015	31.12.2016	Para mais	Para menos
ATIVO CIRCULANTE	7.579.202,06	15.907.005,61	8.327.803,55	-
DISPONÍVEL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.439.769,23	9.991.212,18	2.551.442,95	-
Créditos a Curto Prazo	0,00	5.489.154,27	5.489.154,27	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	139.432,83	426.639,16	287.206,33	-
Investimentos	0,00	0,00	-	-
Estoque	0,00	0,00	-	-
Variações Patrimoniais diminutivas Pagas Antec.	0,00	0,00	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.456.249,92	15.794.487,13	6.338.237,21	-
Ativo Realizáveis a Longo Prazo	2.195.104,27	8.761.920,94	6.566.816,67	-
Crédito a Longo Prazo	2.191.504,27	8.758.320,94	6.566.816,67	-
Demais Créditos a Valores a Longo Prazo	3.600,00	3.600,00	-	-
Investimentos	1.298,38	1.298,38	-	-
Participações Permanentes	1.298,38	1.298,38	-	-
Imobilizados	7.250.670,00	7.026.769,62	-	223.900,38
Bens Moveis	947.471,92	1.050.211,25	102.739,33	
Bens Imóveis	6.791.000,56	6.791.000,56	-	-
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada	487.802,48	814.442,19C	326.639,71C	-
Intangível	9.177,27	4.498,19	-	4.679,08
Softwares	61.720,49	61.720,49	-	-
(-) Amortização Acumulada	52.543,22	57.222,30C	4.679,08C	-
Total de Ativos	17.035.451,98	31.701.492,74	14.666.040,76	-

Tabela 26 - Balanço Patrimonial Comparado - Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

PASSIVO

Títulos	Saldo em	Saldo em	Variações	
	31.12.2015	31.12.2016	Para mais	Para menos
PASSIVO CIRCULANTE	627.907,01	583.309,92	-	44.597,09
Obrigações Trabalhista, previdenciário e assistenciais a pagar a curto prazo	193.880,72	224.034,88	30.154,16	-
Empréstimos e financiamento a curto prazo	0,00	0,00	-	-
Fornecedores a contas a pagar a curto prazo	11.408,64	11.810,28	401,64	-
Obrigações fiscais a curto prazo	920,35	856,48	-	63,87
Obrigações de repartição a outros entes	83.017,64	88.259,61	5.241,97	-
Provisões a curto prazo	132.755,45	179.793,84	47.038,39	-
Demais obrigações a curto prazo	205.924,21	78.554,83	-	127.369,38
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	220.562,00	190.447,57	-	30.114,43
Obrigações Trabalhistas, previdências e assistenciais a pagar a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Empréstimos e financiamento a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Fornecedores a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Provisões a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Resultado Diferido	220.562,00	190.447,57	-	30.114,43
TOTAL DO PASSIVO	848.469,01	773.757,49	-	74.711,52
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00	-	-
Resultados Acumulados	16.186.982,97	30.927.735,25	14.740.752,28	-
TOTAL DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.186.982,97	30.927.735,25	14.740.752,28	-
Total do Passivo	17.035.451,98	31.701.492,74	14.666.040,76	-

Tabela 27 - Balanço patrimonial comparado - Passivo

ANEXO VI

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(1/2)

INGRESSOS	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
Receitas Corrente		6.281.026,06
Receitas de Contribuições		4.259.010,42
Anuidades Pessoas Físicas		2.886.847,71
Pessoas Físicas do Exercício		2.641.693,74
Pessoas Físicas do Exercício Anteriores		245.153,97
Anuidades de Pessoas Jurídicas		1.372.162,71
Pessoas Jurídica do Exercício		1.263.419,20
Pessoas Jurídica de Exercícios Anteriores		108.743,51
Receita Patrimonial		1.701,66
Receitas Imobiliárias		1.701,66
Receitas de Serviços		625.423,64
Emolumentos com Inscrições		51.469,00
Emolumento com Expedições de Carteiras		52.334,42
Emolumento com Expedições de Certidões		241.753,02
Emolumento com Taxas Diversas		116.132,55
Receitas Diversas de Serviços		163.734,65
Financeiras		1.032.738,77
Juros de Mora sobre Anuidade		97.037,78
Juros de Morada sobre Multas de Infrações		144,94
Multas sobre as Anuidades		17.895,74
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras		917.660,31
Transferências Correntes		142.155,00
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA		142.155,00
Outras Receitas Correntes		219.996,57
Dívidas Ativa		212.968,28
Divida Ativa em Fase Administrativa		58.710,37
Divida Ativa em Fase Executiva		139.317,18
Multas de Infração		14.940,73
Ingressos Extraorçamentários		8.365.888,57
Outros ingressos	3.623.605,34	0,00
DESEMBOLSOS		
Despesas Correntes	4.577.847,16	4.775.165,00
Pessoas e Encargos Sociais	1.309.881,70	1.357.151,89
Encargos Patronais	444.212,69	429.991,15
Outras Despesas Correntes	1.558.768,65	1.676.342,97
Demais Despesas Correntes	78.903,48	58.373,91
Serviços Bancarias	76.292,78	45.602,96
Transferências Correntes	1.109.787,86	1.207.702,12
Restos a Pagar não Processados Liquidados a Pagar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(2/2)

DESEMBOLSOS	2016	2015
Desembolsos extraorçamentários	0,00	8.536.533,06
Outros desembolsos	3.794.183,69	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.606.998,96	1.335.216,57
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
Transferências de Capital	0,00	55.845,00
Transferências	0,00	55.845,00
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA	0,00	55.845,00
DESEMBOLSOS		
Investimentos	48.717,01	42.170,94
Outras Despesas Capital	6.839,00	36.466,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-55.556,01	-22.791,94
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.551.442,95	1.312.424,63
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	7.439.769,23	6.127.344,60
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.991.212,18	7.439.769,23

Tabela 28 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

ANEXO VII

TERMO CONFERÊNCIA DE CAIXA

Os abaixo assinados, designados, pelo Conselho Regional de Administração do Espírito Santo declaram, por este TERMO DE VERIFICAÇÃO DE CAIXA que o SALDO DE CAIXA, em 31/12/2016, apresenta a seguinte posição:

Discriminação	Valor (R\$)
DISPONIVEL	
- Em espécie	500,00
- Em Cheques Pré-datados	-
- Em Cheques depositados e devolvidos p/Banco	-
- Em Cheques não considerados p/ Caixa	-
Total existente em caixa	500,00

Tabela 29 - Conferência de Caixa

ANEXO VIII

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição	2015	2016
Despesas a serem ressarcidas ao CRA	-	130,69
Despesas a serem ressarcidas p/ Empregados	-	-
Adiant.(Férias, 13º Salário e Parc. Férias)	5.875,25	20.299,83
Parcelamento de Férias	-	-
Apropriação Adiant. Auxílio Refeição	-	-
Apropriação Adiantamento de Férias	-	-
Apropriação Adiant. 1/3 de Férias	-	-
Apropriação Adiant. Auxilio Transporte	-	-
Apropriação Adiant. Abono Pecuniário de Férias	-	-
Apropriação Adiant. 13º Salário	-	-
Entidades Públicas Devedores	1.491,34	1.498,46
Soma	7.366,59	21.928,98

Tabela 30 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

O ativo Imobilizado da entidade, em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ R\$ 7.031.267,81 (Sete milhões, trinta e um mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos), está composto conforme apresentado na tabela abaixo:

Ativo Não Circulante – Imobilizado

Contas Contábeis	2015			2016		
	Valor Contábil	Depreciação	Saldo 31/12/2015	Valor Contábil	Depreciação	Saldo 31/12/2016
BENS IMÓVEIS						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Prédios	6.791.000,56	-	6.791.000,56	6.791.000,56	214.948,06	6.576.052,50
Total dos Imóveis	6.791.000,56	-	6.791.000,56	6.791.000,56	214.948,06	6.576.052,50
BENS MÓVEIS						
Bens Móveis	947.471,92	487.802,48	459.669,44	1.008.144,25	599.494,13	408.650,12
Bens Intangíveis	61.720,49	52.543,22	9.177,27	61.720,49	57.222,30	4.498,19
Bens Automotores	-	-	-	42.067,00	-	42.067,00
Ações Ant.Telebrás	-	-	-	-	-	-
Total dos Móveis.	1.009.192,41	540.345,70	468.846,71	1.111.931,74	656.716,43	455.215,31
Total do Imobilizado	7.800.192,97	540.345,70	7.259.847,27	7.902.932,30	871.664,49	7.031.267,81

Tabela 31 - Ativo não circulante - Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são depreciados de acordo com as orientações contidas no Manual de Depreciação de Bens aprovado regulamentado para o Sistema CFA/CRA's pela Resolução Normativa CFA nº 428/2012, ou seja, pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens.

Movimentação do Imobilizado – Bens Imóveis

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Saldo Residual em 31/12/2015	Baixa 2016	Saldo em 31/12/2016	Saldo Residual em 31/12/2016
Terreno	-	-	-	-	-
Edifício sede do CRA-ES	6.791.000,56	6.791.000,56	-	6.576.052,50	6.576.052,50
Total Bens Imóveis	6.791.000,56	6.791.000,56	-	6.576.052,50	6.576.052,50

Tabela 32 - Movimento do imobilizado - bens imóveis

Movimentação do Imobilizado – Bens Móveis

Descrição	Depreciação 2015	Saldo Residual 31/12/2015	Aquisições 2016	Incorporações 2016	Baixas 2016	Depreciação 2016	Saldo Residual 31/12/2016
Bens Móveis	91.891,83	459.669,44	76.111,33	-	15.439,00	111.691,65	408.650,12
Bens Intangíveis	2.177,28	9.177,27	-	-	-	4.679,08	4.498,19
Automotores	-	-	-	42.067,00	-	-	42.067,00
Ações Telebrás	-	-	-	-	-	-	-
Total Bens Móveis	94.069,11	468.846,71	76.111,33	42.067,00	15.439,00	116.370,73	455.215,31

Tabela 33 - Movimento do imobilizado - bens móveis

ANEXO IX
CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS
DECLARAÇÃO

Declaramos que os valores dos saldos existentes nas contas bancárias, verificado por meio de extratos, coincidem com os valores registrados nos Demonstrativos Contábeis. Portanto, não existem contas a serem conciliadas.

Vitória/ES, 31 de dezembro de 2016.

Adm. Hércules da Silva Falcão
Presidente – CRA-ES nº 0058

Rodrigo Lagasse Dias
Contador
CRC-ES nº 018993/P-3
CPF 116.075.907-35

ANEXO X

**DEMONSTRATIVO ANALITICO DE RESTOS A PAGAR
DIVIDAS E ÔNUS REAIS**

Itens	Data	Nome do credor	Valor
53	31/12/2016	Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN	348,30
62	31/12/2016	Câmara de Dirigentes Lojistas de Vitória	56,98
223	31/12/2016	MFX Serviços e Construções EIRELI	964,23
248	31/12/2016	Sistema Norte de Rádio Ltda – EPP	1.316,00
320	31/12/2016	Telefônica Brasil S/A	600,00
321	31/12/2016	Implanta Informática Ltda	9.684,73
322	31/12/2016	Network Comunicação Ltda EPP	4.200,00
330	31/12/2016	Jurídico Guedes Advogados Associados	5.097,93
331	31/12/2016	Rodrigo Lagasse Dias - MEI (RL Assessoria Contábeis)	5.082,95
335	31/12/2016	Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – Escelsa	4.000,00
354	31/12/2016	Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A	92.900,00
397	31/12/2016	Claro S.A.	1.599,99
403	31/12/2016	Espírito Santo Tecnologia e Serviço de Informática Ltda ME	2.497,40
431	31/12/2016	Conselho Federal de Administração – CFA	88.259,61
456	31/12/2016	Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional – COEP	113,90
457	31/12/2016	Servinorte Serviços Ltda EPP	12.274,88
471	31/12/2016	S/A A Gazeta	308,00
483	31/12/2016	Multi Comercio e Logística EIRELI – ME	1.680,00
484	31/12/2016	Claro S.A.	500,00
505	31/12/2016	Telefônica Brasil S/A	388,19
508	31/12/2016	Espírito Santo Tecnologia e Serviço de Informática Ltda ME	529,30
509	31/12/2016	Fellipe L. Magalhães Comunicação Visual – ME	504,00
510	31/12/2016	Espírito Santo Tecnologia e Serviço de Informática Ltda ME	27.610,00
511	31/12/2016	Intellyone Tecnologia & Serviços Ltda	2.572,76
512	31/12/2016	Floricultura Jardimlândia Ltda	150,00
513	31/12/2016	Ato Soluções em Impressão Ltda – ME	842,30
514	31/12/2016	CAC Comercial Ltda -ME (Letrigalle)	1.952,30
515	31/12/2016	Serasa S/A	32,81
516	31/12/2016	Special Serviços Postais Ltda	10.000,00
517	31/12/2016	EGS Elevadores Ltda EPP	600,00
518	31/12/2016	Departamento de Imprensa Oficial – DIOES	1.438,73
		TOTAL	278.105,29

Tabela 34 - Dívidas e ônus reais

ANEXO XI

DECLARAÇÃO RENDIMENTOS E DE BENS

De acordo com o estabelecido no Inciso VIII do Art. 24 da Instrução Normativa nº. 04, de 24 de dezembro de 1996, da Secretaria Federal de Controle, publicada no D.O.U. nº. 251, de 27 de dezembro de 1996, DECLARO, que os AGENTES RESPONSÁVEIS, MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA e o SUPERINTENDENTE do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo – CRA-ES estão em dia com exigência de apresentação da DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS de que trata a Lei nº. 8.730, de 10 de novembro de 1993, cujas declarações estão arquivadas no Gabinete da Presidência.

Vitória/ES, 25 de maio de 2017.



Adm. Hércules da Silva Falcão
Presidente
CRA-ES nº. 0058

ANEXO XII**DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CADASTRO**

Pessoas Físicas	
Dados	Totais
Registros Ativos	16.145
Registros Quites	9.971
Registros Licenciados	444
Registros Cancelados	9.349
Registros Transferidos	221
Registros Remidos	108
Pessoas Jurídicas	
Dados	Totais
Registros Ativos	2.814
Registros Quites	1.554
Registros Licenciados	14
Registros Cancelados	1.509
Registros Transferidos	2

Tabela 35 - Demonstrativo das ações de cadastro

ANEXO XIII**DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO**

Dados	Totais
1. Ofícios expedidos pelo Setor de Fiscalização, solicitando documentos para análise.	1703
2. Intimações expedidas para Pessoa Jurídica.	1239
3. Intimações expedidas para Pessoa Física.	869
4. Processos de Fiscalização de PJ em andamento, objetivando o registro de empresas.	359
5. Processos de Fiscalização de PJ em andamento, objetivando coibir o exercício ilegal da Profissão de Administrador pelos seus funcionários (conivência).	0
6. Processos de Fiscalização de PF (exercício ilegal da Profissão, em andamento).	66
7. Processos de Fiscalização de PJ julgados pelo Plenário do CRA.	397
8. Processos de Fiscalização de PF julgados pelo Plenário do CRA.	41
9. Processos de Fiscalização de PJ encaminhados ao CFA em grau de recurso.	15
10. Processos de Fiscalização de PF encaminhados ao CFA em grau de recurso.	19

Tabela 36 - Demonstrativo das ações de fiscalização

ANEXO XIV

DIRIGENTES E MEMBROS DO CRA-ES

Nome	Período de Gestão	Função	Segmento
Hércules da Silva Falcão	01/01/2015 a 31/12/2016	Presidente	Plenário
Manoel Carlos Rocha Lima	01/01/2015 a 31/12/2016	Vice-Presidente	Plenário
Fernando Antonio Marins de Albuquerque	01/01/2015 a 31/12/2016	Diretor Adm. Financeiro	Plenário
Herickson Rubim Rangel	01/01/2015 a 31/12/2016	Diretor Adm Financeiro Adjunto	Plenário
Maurílio José Martins Inês	01/01/2015 a 31/12/2016	Diretor de Fisc. Registro	Plenário
Flávio Celso Santos Rosa	01/01/2015 a 31/12/2016	Diretor de Fisc. Registro Adjunto	Plenário
Priscilla Modolo de Assunção Lopes	01/01/2013 a 31/12/2016	Conselheira	Plenário
Robson Brandão Neves	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Jocélia Ângela Gumiere da Silva	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheira	Plenário
Fabrizio Nunes Azevedo	01/01/2013 a 31/12/2016	Conselheiro	Plenário
Alberto Farias Gavini Filho	01/01/2013 a 31/12/2016	Conselheiro	Plenário
Sônia Maria De Souza	01/01/2013 a 31/12/2016	Conselheira	Plenário
Alessandro Barreto de Prá	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Giovani Borgo Sardi	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Márcia Valéria Ferreira Carvalho	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheira	Plenário
Ruy Dias de Souza	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Osamu Francisco Takahata	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Alzira Bermudes Barcellos	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheira	Plenário
Pedro Cipriano Prêmoli	20/03/1997 a 31/12/2016	Superintendente	Quadro de Pessoal

Tabela 37 - Relação de dirigentes e membros do CRA-ES

ANEXO XV

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO 2016

1. Contexto Operacional

O Conselho Regional Administração do Espírito Santo (CRA-ES) localizado na Aluysio Simões, 172, Bento Ferreira, Vitória/ES, criado pela Lei nº 4.769, de 09/09/1965 – “Dispõe sobre o exercício da Profissão de Administrador e dá outras providências” e Decreto nº 61.934, de 22/12/1967 – “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965 e dá outras providências” criando os Conselhos Federal e Regionais de Administração, tem como principais atividades o registro e a fiscalização do exercício profissional.

Dotado de personalidade jurídica e forma federativa, funciona como Autarquia Federal, tendo sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 107, de 29 de dezembro de 1990, alterada pela Resolução Normativa CFA nº 243, de 29 de dezembro de 2000, alterada pela Resolução Normativa CFA nº 410, de 10 de junho de 2011 e alterada pela Resolução Normativa CFA nº 495 de 9 de dezembro de 2016.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP) e sua nova harmonização internacional; com os Princípios Contábeis geralmente aceitos, com a Resolução Normativa CFA nº 274, de 12 de dezembro de 2002, que aprova o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e contábeis do Sistema CFA/CRAs.

3. Principais Diretrizes Contábeis

A contabilidade do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo é elaborada com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP).

A contabilidade do CRA-ES segue os Princípios de Contabilidade, conforme citado na Resolução CFC nº 750/1993, tais como: Princípio da Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo Valor original; Competência; Prudência.

3.1 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo CRA-ES, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição Federal: Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais

disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.”

Caixa e equivalentes de caixa incluem: saldos em conta movimento e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho registrado no resultado do período:

TÍTULOS	2016	2015
Caixa e Equivalente de Caixa	9.991.212,18	7.439.769,23
Bancos Conta Movimento	213.378,00	232.840,64
Bancos Aplicações Financeiras	9.776.880,08	7.206.576,39
Disponibilidade em Trânsito	0,00	0,00
Bancos Conta Vinculada a Convênios	954,10	352,20

Tabela 38 – Caixa e equivalentes de caixa

b) Créditos a Receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado e neste exercício ocorreu o reconhecimento de crédito tributário a receber em 02/01/2016 a menor que o real devido a utilização de estimativas com desvio padrão, sendo a diferença reconhecida direto na variação patrimonial aumentativa ao longo do 4º trimestre de 2016, não afetando o resultado do exercício, já os créditos tributários de dívida ativa foram reconhecidos mensalmente no resultado do exercício e no realizável a longo prazo, todavia houve um levantamento de montante a receber e um ajuste a maior ocorreu em 31/12/2016 como compor o montante real a receber de dívida ativa e créditos tributários a receber, conforme procedimentos recomendados pela legislação vigente e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 5º e 6º Edição.

TÍTULOS	2016	2015
Créditos de Curto Prazo	5.489.154,27	-
Créditos de Longo Prazo	8.761.920,94	2.195.104,27

Tabela 39– Créditos a receber

c) Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações como adiantamentos a colaboradores, valores a receber de entes públicos e terceiros, suprimento de fundos até o termino do exercício seguinte: Devedores da Entidade R\$ 20.430,52;; Suprimento de Fundos R\$ 500,00; Tributos a Recuperar R\$ 1.498,46.

Também compõe os Demais Créditos e Valores de Curto Prazo os Recebimentos por Cartão de Crédito em Trânsito no valor de R\$ 404.210,18.

d) Estoques

O CRA-ES não trabalha com estoque de material em almoxarifado, uma vez que as aquisições resumem-se em materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação. Essas aquisições basicamente são de consumo imediato e de impressos padronizados, com controle de distribuição para os setores, sendo reconhecido no resultado, imediatamente no momento da aquisição.

e) Bens Patrimoniais

Os bens móveis registrados no ativo imobilizado não sofreram reavaliação neste exercício, e os valores registrados no Balanço Patrimonial, são os de origem.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	AQUISIÇÕES	BAIXAS	REAVALI AÇÃO	SALDO EM 31/12/2016
Móveis e Utensílios	487.357,48	4.500,71	2.645,67	-	489.212,52
Máquinas e Equipamentos	118.058,12	647,50	8.614,00	-	110.091,62
Utensílios Copa Cozinha	2.653,00	-	-	-	2.653,00
Equipamentos Informática	310.640,52	70.028,32	3.579,00	-	377.089,84
Veículos	0,00	42.067,00	-	-	42.067,00
Imagem e Som	28.762,80	934,80	600,33	-	29.097,27
Imóveis	6.791.000,56	-	-	-	6.791.000,56
Sistema de Informática e Processamento de Dados – Software	61.720,49	-	-	-	61.720,49

Tabela 40 – Aquisições e baixas dos bens do ativo imobilizado

f) Depreciação

O método de depreciação e Amortização está de acordo com o Manual de Procedimentos para Depreciação dos Bens Patrimoniais no âmbito do Sistema CFA/CRA's conforme Resolução Normativa CFA 428 de 19 de novembro de 2012.

1. Método, Vida Útil Econômica e Índices Utilizados:

CONTA	TÍTULO	VIDA ÚTIL (ANUAL)	TAXA DEPREC/AMORT.
1.2.4.1.1.01.01	Móveis e Utensílios	10	10%
1.2.3.1.1.01.02	Máquinas e Equipamentos	05	20%
1.2.3.1.1.01.03	Utensílios de Copa e Cozinha	05	20%
1.2.3.1.1.01.04	Equipamentos de Informática	05	20%
1.2.3.1.1.01.05	Veículos	05	20%
1.2.3.1.1.01.06	Imagem e Som	05	20%
1.2.4.1.1.01.01	Sistema de Informática e Processamento de Dados – Software	02	50%

Tabela 41 – Método, Vida Útil Econômica e Índices Utilizados

2. Valor Contábil e Depreciação acumulada:

TÍTULO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPREC/AMORT ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL
Móveis e Utensílios	487.357,48	(224.068,93)	265.143,59
Máquinas e Equipamentos	118.058,12	(94.533,74)	15.557,88
Utensílios de Copa e Cozinha	2.653,00	(2.564,18)	88,82
Equipamentos de Informática	310.640,52	(254.272,92)	122.816,92
Veículos	42.067,00	-	42.067,00
Imagem e Som	29.097,27	(24.054,36)	5.042,91
Imóveis	6.791.000,56	(214.948,06)	6.576.052,50
Sistema de Informática e Processamento de Dados – Software	61.720,49	(57.222,30)	4.498,19

Tabela 42 – Valor Contábil e Depreciação acumulada

g) Passivo Circulante

Representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contratação junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2016; de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros.

TÍTULOS	2016	2015
Obrigações Curto Prazo a Pagar	231.520,11	217.559,64
Encargos Sociais	32.405,01	30.445,69
Consignações e Obrigações Fiscais	19.633,90	17.409,35
Credores da Entidade	11.810,28	11.408,64
Obrigações Fiscais	856,48	920,35
Obrigações de repartição junto ao CFA	88.259,61	83.017,64
Demais Obrigações de Curto Prazo	78.554,83	74.357,97

Tabela 43 – Obrigações de curto prazo a pagar

h) Restos a Pagar

Foram inscritos em restos a pagar o montante de R\$ 278.105,29 sendo R\$ 90.629,80 em restos a pagar processados e R\$ 187.475,49 em restos a pagar não processados que estão discriminados em contas do passivo circulante.

i) Provisões a Curto Prazo

Registram-se os valores lançados a título de provisões para férias, 13º salário, processos judiciais, conforme demonstrado:

1. Provisões para Férias e Encargos

A provisão para férias dos funcionários do CRA-ES é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos, como demonstrado:

TÍTULOS	2016	2015
Provisões Trabalhistas	171.995,97	146.025,68
Provisões de Férias	131.797,68	112.761,14
Encargos Sociais	40.198,29	33.264,54

Tabela 44– Provisões para Férias e Encargos

2. Provisões Processuais

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura a perdas de processos judiciais ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido, ainda, o correspondente desembolso ou perda, uma vez que ainda encontra-se em fase de julgamento.

Em atenção a NBC TG 25 foram realizadas as provisão com base na expectativa de desfecho de processos judiciais de natureza cível, impetrando na justiça até 31 de dezembro de 2016, classificado como provável de perda, em montantes julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

TÍTULOS	2016	2015
Provisões para Riscos Cíveis	179.793,84	132.755,45
Provisões para Ações Cíveis	179.793,84	132.755,45

Tabela 45– Provisões processuais

j) Contingências

1. Ativos Contingentes

O Conselho possui, ainda, processos no valor de R\$ 58.258,69, com classificação provável de êxito, R\$ 15.410,49 com classificação possível de êxito e R\$ 1.253,00, com classificação remota de êxito. Ressalta-se que os processos nessa situação, avaliados como de risco de perda de provável, possível e remota, não são reconhecidos contabilmente nas contingências Ativas.

2. Passivos Contingentes

O Conselho possui, ainda, processos no valor de R\$ 444.236,70, com classificação possível de perda e R\$ 197.479,57, com classificação remota de perda. Foram realizados depósitos judiciais

para esses processos no valor de R\$ 26.279,48. Ressalta-se que os processos nessa situação, avaliados como de risco de perda possível e remota, não são reconhecidos contabilmente.

k) Arrecadação de Anuidades do Exercício Seguinte

Foram contabilizadas no resultado diferido no passivo não circulante as arrecadações recebidas em 2016 que provêm de receitas de anuidades que pertencem ao exercício de 2017, conforme os Princípios de Contabilidade, no valor de R\$ 190.447,57.

l) Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial em 31/12/2016 no valor de R\$ 25.653.529,04 que corresponde ao saldo do Exercício anterior somado com o Resultado Patrimonial, do exercício apurado no Demonstrativo das Variações patrimoniais:

TÍTULOS	2016	2015
Patrimônio Líquido	30.927.735,25	16.186.982,97
Superávit do Exercício	11.120.663,79	2.921.398,47
Superávit Acumulados	19.807.071,46	13.265.584,50

Tabela 46 – Patrimônio Líquido

m) Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial no valor de R\$ 11.120.663,79, foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial:

TÍTULOS	2016	2015
Resultado Patrimonial	11.120.663,79	2.921.398,47
Variações Patrimoniais Aumentativas	16.268.712,07	7.923.814,25
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	5.148.048,28	5.002.415,78

Tabela 47 – Resultado Patrimonial

n) Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64.

No exercício de 2016 foi apurado um resultado superavitário no valor de R\$ 18.942.401,38.

TÍTULOS	2016	2015
Superávit Financeiro	18.941.697,61	9.475.052,88
Ativo Financeiro	19.157.843,30	9.615.354,89
(-) Passivo Financeiro	216.145,69	140.302,01

Tabela 48 – Resultado Financeiro

o) Resultado Orçamentário

O superávit orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas.

O resultado orçamentário de R\$ 2.631.391,50, foi extraído com base no subsistema orçamentário.

TÍTULOS	2016	2015
Superávit Orçamentário	2.631.391,50	1.401.797,18
Receitas (corrente+capital)	7.355.424,47	6.336.871,06
Despesas (corrente+capital)	4.724.032,97	4.935.073,88

Tabela 49 – Resultado Orçamentário

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2016.

Hércules da Silva Falcão
Presidente
CRA-ES 0058
CPF: 010.334.506-00

**Fernando Antonio Marins de
Albuquerque**
Diretor Adm/Fin
CRA/ES 0613
CPF 249.781.407-49

Rodrigo Lagasse Dias
Contador
CRC/ES 018993/O-9
CPF: 116.075.907-35